

GUIA PARA EDUCADORES(AS)

Educando para a Diversidade

Como discutir homossexualidade na escola?



REALIZAÇÃO



centro paranaense de cidadania

FINANCIAMENTO



PARCERIAS

Centro Universitário Positivo (UnicenP), Ciranda - Central de Notícias dos Direitos da Infância e Adolescência, Conselho Tutelar de Curitiba - Regional Matriz, Grupo Dignidade – pela Cidadania de Gays, Lésbicas, Transexuais e Travestis, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Secretaria Municipal da Educação de Curitiba, Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba, Universidade Federal do Paraná – Setor de Educação e Universidade Tuiuti do Paraná.

Ficha Técnica

GUIA PARA EDUCADORES(AS)

EDUCANDO PARA A DIVERSIDADE COMO DISCUTIR HOMOSSEXUALIDADE NA ESCOLA?

REALIZAÇÃO

Centro Paranaense de Cidadania - CEPAC

FINANCIAMENTO

Ministério da Educação – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

ORGANIZAÇÃO

Toni Reis

EQUIPE CEPAC

Igo Martini – Presidente

Éliana Raitani – Diretora Executiva

Christiane Spode – Coordenadora Administrativa

Silene Hirata - Tesoureira

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO E EDIÇÃO

Ciranda – Central de Notícias dos Direitos da Infância e Adolescência.

Coordenação e Edição: Lilian Romão

Redação / Jornalista Responsável: Mariana Franco Ramos. DRT/PR: 5.870.

Assistência: Andressa Grilo; Fabiano Klostermann; Joelma Ambrózio;
Patrícia Smaniotto; Simone Töpke.

Projeto Gráfico e Diagramação: Leandro Lauer.

REVISÃO TÉCNICA

Araci Asinelli da Luz; Darci Bonetto; David Harrad; Júlia Cordellini; Mateus Redivo;
Simone Valencio.

COLABORAÇÃO

Angeline Olivet Grubba; Araci Asinelli da Luz; Bárbara D. Meneses; Beto de Jesus;
Carla Amaral; Carlos Murilo de Almeida; Cláudio Picazio; Cristiane Simões; Dayse
Álvares de Moraes; Éderson Ribeiro Costa; Edvaldo de Souza; Enéias Germano Pereira;
Felipe Bruno Martins; Gabriel Furquim; José Zuchiwschi; Jossandro Cruz; Léo Mendes;
Lorena da Silva; Luiz Mott; Lula Ramires; Márcio Marins; Mariana Thomaz; Márcio
Caetano; Murilo Mota; Nilson Fernandes Dinis; Renato Teixeira; Roberto Augusto
Lopes Gonçalves; Rogério Diniz Junqueira; Sabrina Bandeira Lopes; Silene Hirata;
Valdirene dos Santos; Yone Lindgren.

AGRADECIMENTOS

Conselho Tutelar de Curitiba; Equipe Grupo Dignidade; Equipe CEPAC; Equipe Ciranda;
Ministério da Educação; Secretaria Municipal da Educação de Curitiba; Secretaria
Municipal da Saúde de Curitiba; Universidade Federal do Paraná – Setor de Educação
– Programa de Extensão Universitária COM VIVER e Universidade Tuiuti do Paraná.

Sumário

| | |
|-----------------------------------|----|
| EDUCANDO PARA A DIVERSIDADE | 8 |
| NOVOS CONCEITOS | 13 |
| VIOLÊNCIA | 19 |
| DESVENDANDO MITOS | 23 |
| DEFININDO PAPÉIS | 30 |
| O ADOLESCENTE | 40 |
| QUESTÕES DE GÊNERO | 42 |
| O PAPEL DA MÍDIA | 44 |
| GLOSSÁRIO | 45 |
| INFORMAÇÕES IMPORTANTES | 48 |
| REFERÊNCIAS | 50 |
| ANEXOS | 52 |

Siglas e Abreviaturas

- ABGLT** – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros
- Aids** – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
- CEPAC** – Centro Paranaense de Cidadania
- CNDC** – Conselho Nacional de Combate à Discriminação
- CT** – Conselho Tutelar
- CVE** – Centro de Vigilância Epidemiológica
- DST** – Doenças Sexualmente Transmissíveis
- DDH** – Disque Defesa Homossexual
- ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente
- GLBT / GLTTB** – Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
- HIV** – Vírus da Imunodeficiência Humana
- HSH** – Homens que fazem Sexo com Homens
- MEC** – Ministério da Educação
- MHB** – Movimento Homossexual Brasileiro
- MS** – Ministério da Saúde
- OG** – Organização Governamental
- OMS** – Organização Mundial da Saúde
- ONG** – Organização Não-Governamental
- OPAS** – Organização Pan-americana da Saúde
- PN-DST/aids** – Programa Nacional de DST e aids
- PUC-PR** – Pontifícia Universidade Católica do Paraná
- SECAD/MEC** – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação
- SEDH** – Secretaria Especial dos Direitos Humanos
- SGD** – Sistema de Garantia de Direitos
- Sipia** – Sistema de Informação para a Infância e Adolescência
- SME** - Secretaria Municipal da Educação de Curitiba
- SMS** - Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba
- UFPR** - Universidade Federal do Paraná
- Unesco** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- UnicenP** – Centro Universitário Positivo
- UTP** – Universidade Tuiuti do Paraná

Prefácio

Pretendemos que este guia venha se somar à esperança do despertar da consciência para a igualdade de direitos entre os seres humanos. Que ele ofereça condições para que os(as) profissionais envolvidos(as) com o processo do desenvolvimento da criança e do adolescente se apropriem da multifatorialidade envolvida na constituição do corpo e da mente das pessoas e da complexidade desafiante das relações interpessoais na sociedade contemporânea.

A idéia é que esta publicação ajude os(as) educadores(as) a melhor compreender o significado da sexualidade e da diversidade, além de levar os(as) profissionais da educação a refletir sobre a importância da formação de cidadãos com mais fraternidade e respeito às diferenças.

Desejamos a todos e a todas que a leitura deste guia traga embasamentos teóricos, reflexões e possibilidades para que os(as) educadores(as) tenham cada vez mais, na prática diária da comunidade escolar, atitudes eficazes e efetivas para a formação integral dos adolescentes e jovens brasileiros.

Dra. Júlia Cordellini – coordenadora do Programa do Adolescente da Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba

Dra. Darci Bonetto – professora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e do Centro Universitário Positivo (UnicenP)



Da Homofobia à Cidadania

Diversidade, desejo, direitos humanos, gay, adolescência, heterossexual, desenvolvimento, transexual, homossexualidade, respeito, travesti, raça, cultura, protagonismo, orientação sexual, lésbica, família, paz. Separadas, essas palavras representam realidades distintas e desconectadas umas das outras. Mas quando pronunciadas em conjunto, num ambiente de formação plena da cidadania, como deve ser a escola, ganham força e provocam transformações. Significam, acima de tudo, aprendizado e convivência harmônica entre os indivíduos: todos diferentes, mas iguais em direitos e deveres. Conclamam a unidade na diversidade.

O Guia *Educando para a Diversidade* é um instrumento dedicado a profissionais de educação, considerados(as) peças fundamentais para a redução da discriminação e da homofobia dentro da escola.

O preconceito não é um fenômeno isolado. Integra uma sociedade cada vez mais violenta e agressiva, pautada pelo individualismo, pela intolerância e pelo desrespeito à essência do próximo. Entender como a homofobia se manifesta e de que forma pode ser combatida pressupõe discussões sobre toda a dinâmica social.

Dentro dessa perspectiva, o Centro Paranaense de Cidadania, idealizador do material, traz conceitos, dicas e informações relevantes para que o(a) profissional da educação reflita sobre a realidade de adolescentes e jovens GLBT, atue como multiplicador(a) de valores e ajude a transformar a sociedade.

Este material integra o projeto *Educando para a Diversidade*, conveniado com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), em 2005, no âmbito do Programa *Educação para a Diversidade e Cidadania* do Ministério da Educação. Assim, além de seguir as orientações do Programa *Brasil sem Homofobia* (de 2004) e os princípios estipulados no âmbito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais, respalda-se no Programa Nacional de Direitos Humanos II (2002), no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2003), no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004) e na Constituição Federal de 1988.

Para aprimorar a contextualização de cada um dos subtemas, procuramos criar uma forma mais dialógica de explicação:

Aspectos técnicos: o guia pretende trazer os conceitos de uma forma simplificada, próxima do dia-a-dia da escola, sem perder o fundamento científico;

Leis: se falamos de cidadania temos, obrigatoriamente, que exercitá-la. A legislação ilustra, dessa forma, cada um dos pontos destacados, convidando o(a) leitor(a), dentro do seu universo de atuação, a colocá-la em prática.

E como trata-se de um guia para profissionais da educação, elaboramos dicas de abordagem, dinâmicas, sugestões de filmes, glossário e livros para sanar dúvidas e auxiliar a discussão sobre o tema.

É nossa intenção que o guia seja re-editado e, portanto, toda sugestão, contribuição ou mesmo reclamação será muito bem-vinda e levada em consideração numa próxima edição (contato: cepac@cepac.org.br).

Sabemos que o desrespeito à orientação sexual de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais se manifesta das mais diversas formas e nos mais diversos ambientes sociais. Não existem fórmulas prontas ou inacabadas que orientem a maneira como um(a) profissional da educação ou familiar deve agir. O que existe é um esforço de instituições governamentais e sociedade civil para conscientizar e mobilizar a sociedade. Esse é o caminho que pretendemos traçar, juntos.

Como dizia o sociólogo Herbert de Souza, “todos somos responsáveis por tudo; é preciso pensar globalmente, mas agir localmente”.

Toni Reis

Fundador-presidente do CEPAC

Presidente do Grupo Dignidade



Educando para a diversidade

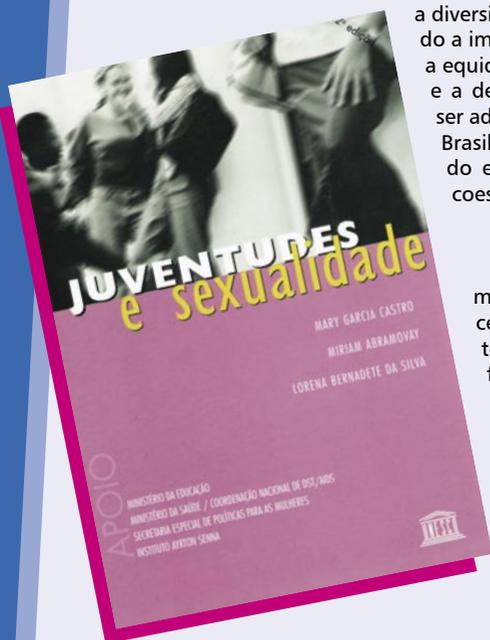
*E uma impressão se torna fato.
E do fato surgem soluções.*

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) publicou em 2004 o estudo *Juventudes e Sexualidade*, fruto de uma pesquisa em 14 capitais brasileiras. O levantamento indicou, entre outros tópicos, que cerca de 27% dos(as) educandos(as) não gostariam, por exemplo, de ter um(a) colega de classe homossexual, 60% dos(as) educadores(as) não sabem como abordar a questão em sala de aula e 35% dos pais e mães não apóiam que seus filhos(as) estudem no mesmo local que gays e lésbicas.

O livro *Juventudes e Sexualidade* mostra as diferentes percepções de educandos(as) do ensino fundamental e médio de Belém, Cuiabá, Distrito Federal, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Maceió, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória sobre temas como sexualidade, prevenção às DST/aids, gravidez na adolescência e aborto. Com a contribuição de pais, mães e profissionais da educação, a Unesco mapeia a diversidade de percepções sobre tais assuntos, sugerindo a implementação de políticas públicas que respeitem a equidade de gênero, as diferentes orientações sexuais e a democratização da educação. A publicação pode ser adquirida por meio do escritório da organização no Brasil - (61) 2106-3500 / UHBRZ@unesco.org.br - ou do endereço eletrônico www.unesco.org.br/publicacoes/livros/juvsexualidade/mostra_documento.

Esses dados comprovam a existência da homofobia nas escolas do Brasil e alertam para a necessidade de criar projetos que trabalhem com os temas diversidade e sexualidade desde o ensino fundamental, de modo a envolver professores(as), pais, mães, educandos(as) e funcionários(as).

O governo federal, em consulta com a sociedade civil, formulou o programa *Brasil Sem Homofobia* e instituiu um Grupo de Trabalho para acompanhar a implementação das ações no Ministério da Educação.



O Programa Brasil sem Homofobia

Primeiro programa do governo federal destinado especialmente à população de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (GLBT), o programa *Brasil Sem Homofobia* apóia projetos de fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual, capacita profissionais para a defesa dos direitos humanos, dissemina informações sobre sexualidade e incentiva a denúncia de violações contra o segmento GLBT. As principais diretrizes do programa são:

- Articulação da Política de Promoção dos Direitos de Homossexuais;
- Legislação e Justiça;
- Direito à Segurança: combate à violência e à impunidade;
- Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e à não-discriminação por orientação sexual;
- Elaboração de diretrizes que orientem os Sistemas de Ensino na implementação de ações que comprovem o respeito ao cidadão e à não-discriminação por orientação sexual;
- Fomento e apoio a curso de formação inicial e continuada de educadores(as) na área de sexualidade;
- Apoio e divulgação da produção de materiais específicos para a formação de educadores(as);
- Divulgação das informações científicas sobre sexualidade humana;
- Direito à Saúde: consolidando um atendimento e tratamentos igualitários;
- Direito ao Trabalho: garantindo uma política de acesso e de promoção da não-discriminação por orientação sexual;
- Direito à Cultura: construindo uma política de cultura de paz e valores de promoção da diversidade humana;
- Política para a Juventude;
- Política para as Mulheres;
- Política contra o Racismo e Homofobia.



Para cumprir as metas estabelecidas pelo programa *Brasil sem Homofobia*, o Ministério da Educação (MEC) aprovou e financiou, em 2005, 15 projetos de capacitação e formação de profissionais da educação para a cidadania e a diversidade sexual. Os convênios foram assinados com 13 organizações não-governamentais, uma universidade e uma prefeitura municipal. No Paraná, dois projetos foram selecionados: o *Educando para a Diversidade*, do Centro Paranaense de Cidadania e o *Formação de Profissionais para a Educação Sexual, o Combate à Homofobia e a Promoção da Cidadania Homossexual*, da Universidade Estadual de Londrina.

O que são o CEPAC e o Grupo Dignidade



centro paranaense de cidadania



GRUPO DIGNIDADE

O Centro Paranaense de Cidadania (CEPAC) é uma organização social que tem como objetivo promover os direitos humanos e o acesso à educação e à saúde. Desde 1995, realiza cursos e projetos de sensibilização e capacitação nas áreas de saúde, sexualidade, relacionamento humano e voluntariado. Os serviços são prestados a indivíduos, empresas, entidades governamentais e não-governamentais, especialmente do Paraná. Já o Grupo Dignidade é uma instituição que atua na defesa e promoção da livre orientação sexual e dos direitos humanos de gays, lésbicas, travestis e transexuais.

O Projeto Educando para a Diversidade

Educar:

Do latim “educare”. Significa promover a educação; transmitir conhecimentos; ensejar condições para que o(a) educando(a) modifique para melhor seu comportamento.

Diversidade:

Qualidade daquilo que é diverso, diferente, variado; conjunto variado; multiplicidade. (Dicionário Houaiss)

Promover valores de respeito às diferentes orientações sexuais, à equidade de gênero e aos direitos humanos; tornar a escola um ambiente de inclusão social, que valorize, e não discrimine, o “diverso”, o “diferente”, o “variado”; oferecer todos os cuidados necessários para o pleno desenvolvimento da personalidade das crianças e adolescentes, respeitando a multiplicidade de visões, gostos e peculiaridades.

Esses são alguns princípios que norteiam o *Educando para a Diversidade* - um projeto que orienta profissionais da educação de Curitiba e Região Metropolitana sobre temas relacionados com as (homo)sexualidades.

Eu acho que nós, professores, não estamos preparados para abordar a homossexualidade na escola. Acabamos nos acomodando e deixando a tarefa somente para a disciplina de Ciências. O máximo que fazemos, hoje, é aproveitar o gancho de uma pergunta, mas isso ainda é muito pouco.

Grupo focal com educadores(as) da rede pública de Curitiba – CEPAC

Este material é fruto da mobilização de diversos segmentos do governo, da academia e da sociedade civil, que se preocuparam em reduzir a homofobia e tornar a escola um ambiente de inclusão social e respeito à diversidade. Entende-se que os(as) profissionais da educação são peças fundamentais nesse processo, porque podem atuar como agentes multiplicadores de conhecimentos e valores.

Como ação estratégica do projeto *Educando para a Diversidade*, o guia tem o desafio de mobilizar a maioria silenciosa (de acordo com a pesquisa da Unesco, cerca de 73% dos educandos e educandas) que até se sente incomodada com a discriminação, mas em geral nada faz.

Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)

Art. 1º Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direito.

O conjunto dos direitos humanos fundamentais compreende valores essenciais à vida democrática, tais como: respeito à diversidade étnico-racial, de gênero e cultural, participação, igualdade, liberdade, tolerância, diálogo, solidariedade, desenvolvimento e justiça social, bem como o pleno desenvolvimento do indivíduo.

Por que educar para a diversidade?

“Educar é educar-se a si enquanto companhia de um outro. Cada diferença a ser trabalhada é uma afirmação e não uma desqualificação do sujeito”.

(Manoel Bandeira)

A escola se constitui, cada vez mais, em um ambiente favorável para a construção da cidadania. Ainda que de maneira tímida, o Brasil vem descobrindo, nos últimos anos, o potencial dos(as) educandos(as) e profissionais da área de educação na disseminação de princípios como respeito, ética e responsabilidade.

E se a homofobia é tão forte, sobretudo devido a fatores que incluem a falta de políticas públicas e de debates concretos sobre questões como gênero e orientação sexual, cabe também aos(às) profissionais da educação desmistificar conceitos e ajudar a transformar a realidade.

O(a) profissional da educação não tem obrigação de saber o que seus educandos e educandas serão no futuro. Mas pode garantir que exerçam plenamente seus direitos. Uma das possibilidades é trabalhar com o Estatuto da Criança e do Adolescente em sala de aula. “Destrichar” os artigos que garantem o acesso à educação e à saúde ou que condenam a negligência e a discriminação, por exemplo, pode reforçar a idéia de que a orientação sexual não influi na maneira como uma pessoa deve ser respeitada por outra.

Educar para a diversidade nada mais é, portanto, do que educar futuros(as) adultos(as) para o respeito às diferenças comuns entre os indivíduos, de modo a erradicar a discriminação e a homofobia. Um papel que pode e deve ser assumido pelos(as) profissionais da área de saúde e educação, colegas e familiares, sempre de forma conjunta.

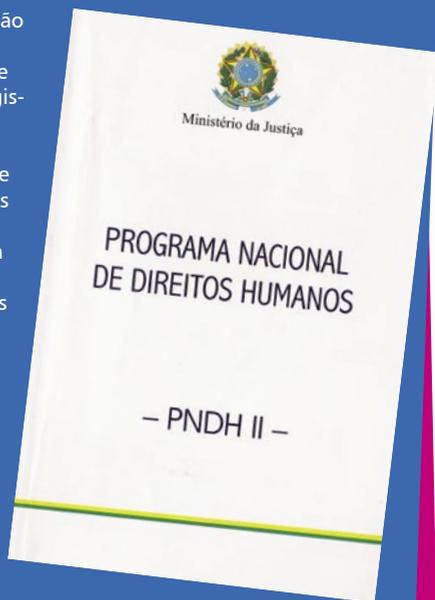
O Programa Nacional de Direitos Humanos deve:

241. Implementar programas de prevenção e combate à violência contra os GLTTB, incluindo campanhas de esclarecimento e divulgação de informações relativas à legislação que garante seus direitos.

242. Apoiar programas de capacitação de profissionais de educação, policiais, juizes e operadores do direito em geral para promover a compreensão e a consciência ética sobre as diferenças individuais e a eliminação dos estereótipos depreciativos com relação aos GLTTB.

246. Incentivar programas de orientação familiar e escolar para a resolução de conflitos relacionados à livre orientação sexual, com o objetivo de prevenir atitudes hostis e violentas.

247. Estimular a inclusão, em programas de direitos humanos estaduais e municipais, da defesa da livre orientação sexual e da cidadania dos GLTTB.



Novos Conceitos

“Nas relações interpessoais, não só entre professor e aluno, mas também entre os próprios alunos, o grande desafio é conseguir se colocar no lugar do outro, compreender seu ponto de vista e suas motivações ao interpretar suas ações. Isso desenvolve a atitude de solidariedade e a capacidade de conviver com as diferenças”. (Parâmetros Curriculares Nacionais).

É possível desmistificar a homossexualidade?

Neste capítulo, a idéia é mostrar o que é, o que representa e de que forma pode se manifestar a homossexualidade, tanto na escola como nos demais espaços públicos e privados. A discussão sobre os diferentes conceitos serve não apenas para identificar as características do público de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, mas também para entender um pouco mais sobre o universo homossexual e responder de maneira correta às dúvidas dos(as) educandos(as), colegas, pais, mães e demais profissionais da educação.

Homo – Do grego, “o semelhante”.

Sexualidade - Qualidade do que é sexual; conjunto de caracteres especiais, externos ou internos, determinados pelo sexo do indivíduo; sexo (‘sensualidade’). (Dicionário Houaiss)

A palavra homossexual é universal e foi criada em 1869 pelo jornalista húngaro Benkert para definir “quem ama e sente atração pelo mesmo sexo”. O heterossexual se relaciona sexualmente com o sexo biológico oposto, e a pessoa bissexual tanto com homens como com mulheres.

No Guia *O que você deve saber sobre homossexualidade*, o antropólogo Luiz Mott, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação do Ministério da Justiça, aponta três formas predominantes de *orientação sexual* no mundo: a mais praticada, que é a heterossexualidade (60%), seguida da bissexualidade (30%) e da homossexualidade (10%).

De acordo com a psicanalista e sexóloga Marta Suplicy, gostar da companhia, ter tocado nos órgãos genitais ou ter tido uma relação sexual com uma pessoa do mesmo sexo também faz parte da experiência de muitas pessoas e não significa dizer que ele ou ela é homossexual. “Dificuldades nas primeiras relações ou timidez frente ao(à) parceiro(a) têm mais a ver com preocupação e ansiedade do que com homossexualidade”.

Constituição Federal

Art. 5º: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a todos a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei (parágrafo 2).

Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante (inciso 3).

São invioláveis a intimidade, a vida privada e a honra dos cidadãos (inciso 10).

Por que, então, uma pessoa é homossexual?

A Ciência sempre se interrogou acerca dos fenômenos e procurou oferecer respostas que, no entanto, jamais podem ser vistas como definitivas ou indiscutíveis expressões da verdade. Sempre novos modelos explicativos surgem, complementando, refutando (parcial ou totalmente) ou convivendo, alternativamente, com modelos anteriores.

De todo modo, mesmo as pesquisas mais sérias e respeitadas nessa área tiveram suas bases teóricas e metodológicas duramente contestadas. E nenhuma das teorias que buscam razões “naturais” (genéticas, hormonais, etc) fornece explicações suficientemente abrangentes ou que dão conta da diversidade da manifestação do comportamento sexual e da expressão dinâmica e imponderável do desejo.

É preciso não esquecer, além disso, que o pensamento científico, como qualquer forma de conhecimento, é produzido a partir de contextos sociais, culturais e políticos que o influenciam. Por isso, pesquisas relacionadas à esfera da sexualidade são, com enorme frequência, afetadas pelos padrões morais e religiosos. Essa é uma das razões pelas quais as preocupações em se localizar as “causas naturais” do desejo homossexual produziram, até hoje, mais de 70 teorias diferentes sem, no entanto, exprimir as razões da heterossexualidade.

Em sala de aula, se o(a) educando(a) fizer esse tipo de questionamento, nada mais aconselhável do que devolver a pergunta: “Por que você acha que alguém se torna hétero?” É uma forma simples e responsável de discutir as questões referentes à sexualidade humana.



Identidade Homossexual

Identidade: *Estado de consciência da persistência da própria personalidade, o que faz que uma coisa seja a mesma (ou da mesma natureza) que outra, conjunto de características e circunstâncias que distinguem uma pessoa ou uma coisa e graças às quais é possível individualizá-la.* (Dicionário Houaiss)

Individualmente, as pessoas manifestam características biológicas, físicas, sociais e psicológicas que as diferem umas das outras. A soma de costumes, linguagens e comportamentos sociais é que pode determinar a que “tribo” cada uma pertence.

Ou seja, embora diferentes, os cidadãos e cidadãs possuem características que possibilitam a identificação e o pertencimento a esse ou àquele grupo social. Torcedores de um time de futebol, educandos(as) de um colégio, trabalhadores(as) de determinada empresa, voluntários(as) de uma organização, amigos(as) da rua e jovens com a mesma idade, assim como gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, são exemplos de grupos sociais.

Eu respeito, mas não aceito ainda. Vi dois homossexuais caminhando de mãos dadas, dois homens passando aqui na frente, e fiquei olhando... Não acreditava no que estava vendo. Mas eu sempre oriento, falo: “tem que respeitar, eles não estão me atingindo, tudo bem”. Só que tenho dificuldade em aceitar isso. É que todos os valores que eu recebi durante a minha vida de repente se quebram.

Fonte: Pesquisa da Unesco: Grupo Focal com educadores(as) em escola privada de Porto Alegre-RS.

Gay

“Alegre”, relativo à homossexualidade, aquele que sente atração sexual e/ou mantém relação amorosa e/ou sexual com indivíduo do mesmo sexo. (Dicionário Houaiss)

Esse é o termo utilizado em todo o mundo para designar os homossexuais masculinos, que podem se comportar de diferentes maneiras: uns preferem se assumir perante a sociedade e outros, por motivos como rejeição familiar, medo (de perder o emprego, os amigos etc) e restrições religiosas, decidem ocultar a identidade homossexual.

A palavra *gay* é originária da língua inglesa e significa *alegre*, mas foi incorporada também para se referir ao homem que se relaciona sexualmente com outro homem, embora muitas mulheres se intitulem gays.



Lésbica

Mulher que tem preferência sexual por ou mantém relação afetiva e/ou sexual com pessoa do mesmo sexo; lésbia, lesbiana, safista. (Dicionário Houaiss)

Lésbicas são as mulheres que se relacionam afetiva e sexualmente com outras mulheres. O termo é uma homenagem à Safo, poetisa grega da Ilha de Lesbos, que viveu por volta de 600 a.C e que escreveu versos em louvor a suas pupilas.

Bissexual

Relativo a, compatível com, ou que abrange ou reúne os dois sexos; ambissexuo, aquele que sente atração sexual por, ou que mantém relações sexuais com indivíduos tanto do sexo masculino como do feminino. (Dicionário Houaiss)

Aquele(a) que sente desejo tanto por homens como por mulheres. É importante destacar que a bissexualidade não significa que a pessoa esteja indecisa quanto ao sexo que prefere, que seja mais promíscua ou que procure a bigamia em suas relações amorosas. O(a) bissexual tem a mesma capacidade de fidelidade e estabilidade que pessoas de outras orientações sexuais.

Transgênero

É um homem (ou mulher) no sentido biológico, mas se relaciona com o mundo como sendo do sexo oposto. Essa categoria engloba travestis, transexuais e outras formas de transgeneridade. **Cada um(a) deve ser chamado(a) e tratado(a) pela forma que preferir.**

Transexual

Aquele(a) que tem a convicção de pertencer ao sexo oposto, cujas características fisiológicas aspira ter ou já adquiriu por meio de cirurgia; relativo à mudança de sexo. (Dicionário Houaiss)

A(o) trans é uma pessoa que não se identifica com o sexo que ostenta anatomicamente, tendo o desejo constante de mudar de sexo genital. Transexualidade não é o mesmo que homossexualidade, isto é, uma trans pode ter o desejo direcionado tanto para homens como para mulheres.

A cirurgia de mudança de sexo foi aprovada no Brasil em 1997, conforme a resolução 1482 do Conselho Federal de Medicina. A operação deixou de ser crime pois, de acordo com os procedimentos cirúrgicos brasileiros, não existe a mutilação dos órgãos genitais, mas a construção de um órgão novo. O procedimento só pode ser feito depois de uma avaliação por uma equipe multidisciplinar, constituída por psiquiatra, endocrinologista, psicólogo e assistente social.

Fonte: Guia de Prevenção das DST/aids e Cidadania para Homossexuais.

Travesti

É quem assume características físicas e psicossociais atribuídas ao sexo oposto. Identificar-se e agir com modos do sexo oposto não significa a negação do sexo genital. Por isso, a travesti não se interessa por uma transformação cirúrgica, como as transexuais. Mas modifica o corpo, principalmente nos seios, nádegas, coxas, através do uso de hormônios e silícones. (Grupo Igualdade – RS)

A(o) travesti adota um nome mais próximo do gênero que deseja projetar, ao invés do nome de nascimento/registro. Procure não inventar apelidos maldosos nem permitir que outras pessoas o façam. Tratar a(o) educanda(o) pelo nome que preferir, mesmo na hora da chamada, é um sinal de respeito.

Entendendo comportamentos

Quebrando tabus

Na Educação Física, é possível que a(o) travesti não se sinta confortável em fazer as atividades junto com crianças e adolescentes do mesmo sexo biológico. O papel do(a) profissional da educação nesse momento é incentivar o diálogo e ajudar a deixar o preconceito de lado.

A travesti pode utilizar o banheiro da mesma forma que uma mulher: retocar a maquiagem, ajeitar a roupa etc. Por isso, muitas vezes sente-se mais à vontade no banheiro feminino. Em algumas escolas, isso já acontece e, na prática, é muito menos complicado do que parece.

Os pais e mães dos(as) educandos(as) também podem se manifestar contra a presença de um(a) travesti na escola. Nesse caso, é importante lembrar que o acesso à educação é um direito de todo(a) cidadão(ã) e que, em toda escola, surgirão situações complexas a serem enfrentadas, como diferenças de raça e credo, uso de drogas, violência e sexualidade. A presença da(o) travesti é apenas mais uma dessas questões. Deve ser discutida sempre sem preconceito e com o entendimento claro de que nenhuma pessoa pode ser privada da oportunidade de estudo.

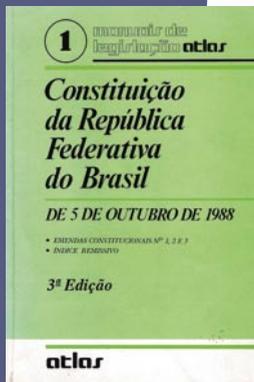
Fonte: A travesti e o educador, Ministério da Saúde.

Constituição Federal de 1988

Art. 227- É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A Constituição Federal de 1988 não contempla explicitamente a orientação sexual entre as formas de discriminação. No entanto, diferentes constituições estaduais e legislações municipais, como em Mato Grosso, Alagoas, Minas Gerais, Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo, Piauí e Pará têm alguma legislação específica nesse sentido.

Fonte: *Brasil sem Homofobia (Ministério da Saúde e Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005)*.



A música Perfeição, do Legião Urbana (*anexo 5*), retrata alguns meandros da sociedade brasileira: a estupidez, a violência, o preconceito, o trabalhador que não tem direitos, a fome, a inveja, o descaso por educação, a vaidade... Com doses de ironia e indignação, o grupo faz um convite às avessas: que comemoremos tudo isso “como idiotas”. Apesar de forte, a letra tem “ingredientes” importantes, que podem ser debatidos com os(as) educandos(as) para introduzir temas como intolerância, políticas públicas e direitos humanos. “Vamos celebrar os preconceitos?”



Violência

Em um mundo que busca paz, precisamos entender o que é a violência e onde exatamente ela está inserida. Utilizada como sinônimo de agressão, a violência pode ser tanto física, como psicológica, social, sexual e econômica. É uma cultura que valoriza o individualismo, a injustiça, o desprezo, o ódio, o preconceito, a inimizade, a indiferença, a desonestidade e o egoísmo.

De acordo com Margarida Serrão, autora do livro *Aprendendo a ser e a conviver*, a violência também aparece como privação de direitos, desqualificação social, transformação do indivíduo em objeto, ignorância, miséria e desemprego. Para o livro *Violência Urbana*, ela está em tudo o que é capaz de imprimir sofrimento ou destruição do corpo físico, bem como o que pode desagradar ou causar transtornos a sua integridade psíquica.

Homofobia

Homo – Radical grego que significa semelhante.

Fobia – medo exagerado, falta de tolerância, aversão, ação de horrorizar, amedrontar. (Dicionário Houaiss)

Medo, desprezo e intolerância. Esses são apenas alguns dos sentimentos de repulsa demonstrados contra homens e mulheres homossexuais. A homofobia - ódio ou aversão à homossexualidade - é uma prática disseminada não apenas entre *Skinheads* (do inglês, carecas ou “cabeças raspadas”) ou grupos extremistas, como a Frente *Anti-caos*, mas também entre adolescentes, jovens, adultos e idosos que, por motivos culturais, sociais ou de conduta individual, discriminam pessoas de acordo com a orientação sexual.

O que são os skinheads e a Frente Anti-Caos

De ideologia nazista, os *skinheads* pregam a discriminação contra judeus, negros e homossexuais. A meta é alcançar a suposta “raça pura”, que foi perseguida pelo ditador alemão Adolf Hitler com o extermínio coletivo na Segunda Guerra Mundial. O grupo auto-intitulado FAC (Frente Anti-Caos) também defende o preconceito racial e homossexual. As ações da FAC incluem a divulgação dos ideais por meio de cartazes e panfletos, além de práticas de violência psicológica e agressão.

Estatuto da Criança e do Adolescente

Art. 15 – A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 16 – O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

I – ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários ressalvadas as restrições legais;

II – opinião e expressão;

III – crença e culto religioso;

IV – brincar, praticar esportes e divertir-se;

V – participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;

VI – participar da vida política, na forma da lei;

VII – buscar refúgio, auxílio e orientação.



Os(as) homossexuais correm o risco de serem espancados(as), expulsos(as) de suas casas e despedidos(as) dos seus empregos - simplesmente porque se relacionam com pessoas do mesmo sexo. Mas é importante frisar que a homofobia não se restringe apenas à violência física ou psicológica, podendo se manifestar, por exemplo, quando alguém se nega a matricular homossexuais em escolas e universidades ou a empregá-los. Muitas vezes, os(as) próprios(as) homossexuais, devido ao contexto homofóbico em que vivem, podem exercer comportamentos discriminatórios. Qualquer que seja a manifestação, inevitavelmente leva à injustiça e à exclusão social de quem a sofre.

Quando comecei a perceber que eu sentia atração por outros homens, aquilo se tornou horrível para mim. Eu me sentia mal, me sentia diferente, me sentia a pior das pessoas. Eu ficava trancado o dia inteiro em casa. Não queria encontrar outras pessoas nem falar com ninguém. Eu tinha vergonha de mim e dos meus desejos. Tentei até me matar. Um dia, ouvi na televisão a história de Matthew Shepard, um garoto de 21 anos que tinha sido atado a uma cerca, barbaramente espancado e abandonado para morrer numa temperatura congelante por dois colegas de faculdade. Eles fizeram isso só porque o cara era gay. Aquilo despertou em mim um sentimento estranho. Decidi que tinha de me assumir e lutar pelo direito dos homossexuais de qualquer maneira. Como era possível uma pessoa morrer só porque ama outra? Só porque sente atração por alguém do mesmo sexo? Nesse dia, contei para a minha família, que teve uma reação muito mais amena do que eu imaginava.

Educando da área de Química, 23 anos.

Se você for vítima ou presenciar uma situação de violência, chame a polícia imediatamente de um telefone público ou celular (disque 190). Faça um boletim de ocorrência, peça exame de corpo e delito e denuncie o caso às instituições que atendem homossexuais. Procure sempre transmitir orientações como essa aos(as) educandos(as), colegas e amigos(as).

Fonte: *Passaporte da Cidadania GLT (Grupo Dignidade, 2006)*.



“O corpo guarda marcas, inscritas através da educação: nas proibições, permissões, vergonhas, coragem, medos, dores, prazer, receios, ousadias, distanciamento e aproximações... O corpo tem seus sonhos, projetos e fantasias. O corpo sou eu. Por isso há tanto a conversar, a aprender, a conhecer”.

(Grupo de trabalho e pesquisa em orientação sexual – GTPOS).

Do repúdio à agressão

As humilhações sofridas por alguns(as) educandos(as) na escola são recorrentes. Jovens tímidos(as), estudiosos(as), negros(as), brancos(as) demais, japoneses(as), gordos(as), magros(as), velhos(as) e homossexuais diariamente sofrem com apelidos maldosos, isolamento e “brincadeiras de mau gosto”, conhecidas como *bullying*.

O que é bullying

O termo *bullying* compreende todas as formas de atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um(a) ou mais educandos(as) contra outro(a), causando dor e angústia, e executadas dentro de uma relação desigual de poder. Os atos repetidos entre iguais (estudantes) e o desequilíbrio de poder são as características essenciais que tornam possível a intimidação da vítima.

Não existe uma palavra na língua portuguesa capaz de expressar todas as situações de *bullying* possíveis, mas essas são algumas ações que podem estar presentes: colocar apelidos; ofender; zoar; gozar; encarnar; sacanear; humilhar; fazer sofrer; discriminar; excluir; isolar; ignorar; intimidar; perseguir; assediar; aterrorizar; amedrontar; tyrannizar; dominar; agredir; bater; chutar; empurrar; ferir; roubar e quebrar pertences.

Fonte: *Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (Abrapia)*

Em países heterossexistas ou heterocentristas (calcados na cultura heterossexual), que suprimem os direitos dos homossexuais, a homofobia é um sentimento comum, tido como normal. No Brasil, ela é responsável direta pelo assassinato de 2.403 gays, lésbicas e travestis nos últimos 20 anos, sendo 120 destas mortes ocorridas no estado do Paraná.

Fontes: Grupo Dignidade e Grupo Gay da Bahia

Uma pesquisa realizada sobre o Disque Defesa Homossexual (DDH), da Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro, revelou que nos primeiros 18 meses de existência do serviço (junho de 1999 a dezembro de 2000) foram recebidas 500 denúncias. Além de um número significativo de assassinatos (6,3%), foram freqüentes os casos de discriminação (20,2%), agressão física (18,7%) e extorsão (10,3%).

Fonte: Brasil sem Homofobia, Ministério da Saúde / Conselho Nacional de Combate à Discriminação.

No ambiente escolar, o preconceito pode ser ainda pior: diminui a auto-estima, dificulta a aprendizagem e o rendimento. Como forma de “compensação”, alguns(as) homossexuais tornam-se os(as) primeiros estudantes da classe ou os(as) melhores no futebol, por exemplo. Esses comportamentos também indicam violência opressora e devem receber especial atenção.

A intimidação e a falta de auxílio prejudicam a própria descoberta da sexualidade. Tanto aqueles(as) que enfrentam as discriminações, como os(as) que decidem parar de estudar, podem sofrer conseqüências se não encontrarem na escola um espaço de respeito à diversidade e à orientação sexual.

Outra pesquisa: *Perfil dos Professores Brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam*, realizada em 2004 pela Unesco em parceria com o Ministério da Educação, o Instituto Paulo Montenegro e a Editora Moderna, mostra que 59,7% dos(as) educadores(as) declaram ser inadmissível que uma pessoa possa ter experiências homossexuais e 21% dizem não desejar ter como vizinho uma pessoa homossexual. *Fonte: Agência Brasil.*

O que fazer quando a turma conta piadas sobre homossexuais?

Converse com os(as) educandos(as) sobre as diferentes orientações sexuais. É muito importante evitar e coibir piadinhas sobre gays e lésbicas, pois só atrapalham o diálogo e o desenvolvimento da auto-estima dos homossexuais masculinos ou femininos. Proponha um trabalho sobre a homossexualidade. Para debater o tema, convide um(a) psicólogo(a), por meio do Conselho Regional de Psicologia, ou algum(a) representante de um grupo homossexual de seu estado. Mostre que o assunto é sério e apresente estatísticas, como as encontradas nesse guia. Profissionais da educação homossexuais também podem contribuir, compartilhando suas histórias e experiências positivas com os(as) educandos(as).

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

Art. 17 – O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Desvendando Mitos

“Época triste a nossa. É mais fácil quebrar um átomo do que o preconceito”.
(Albert Einstein)

Depois de contextualizar alguns aspectos da sexualidade e da violência gerada pela intolerância e incompreensão, destrinchamos alguns mitos divulgados sobre a homossexualidade.

As famílias neuróticas são a “causa” de filhos homossexuais? O menino que tem comportamento delicado e a menina agressiva serão necessariamente gays? As crianças são seduzidas por gays, lésbicas e travestis, que “corrompem” a sua orientação sexual? A homossexualidade é uma doença mental ou um desvio psicológico? **O primeiro passo para combater com efetividade a homofobia no ambiente escolar é desqualificar afirmações preconceituosas como essas, que foram construídas pela sociedade ao longo de anos. O trabalho pode ser desenvolvido em conjunto com os(as) educandos(as) e o corpo pedagógico da escola.**

Há muitas organizações no mundo que fazem trabalhos educativos para combater a homofobia. Vou dar alguns exemplos. Na Europa, voluntários gays e lésbicas vão até as escolas contar suas histórias de vida. Nos EUA, as escolas têm um sistema de grêmios estudantis, como a Aliança Gay/Hetero, que organizam oficinas de empoderamento e debates públicos. Na Holanda, o órgão responsável pela supervisão do desempenho das escolas públicas de ensino fundamental; médio e especial (National School Inspectorate) publicou diretrizes para a proteção de estudantes LGBT. Na Índia, há uma escola que realiza cursos sobre respeito, incluindo o respeito a pessoas com orientações sexuais diferentes da orientação heterossexual. Em alguns países árabes, questões relativas a LGBT são incluídas juntas com a educação sobre HIV e Aids. A maioria das ações educativas alcança o objetivo de diminuir o preconceito e tornar os estudantes mais conscientes da diversidade. Para que o ambiente escolar como um todo seja mais tolerante, é necessário um conjunto de ações envolvendo educação, capacitação de professores, medidas disciplinares e aconselhamento estudantil desprovido de viés em relação a questões LGBT - tudo dentro de uma estrutura caracterizada por uma visão coerente por parte da direção da escola.

Peter Dankmeijer - Presidente da Associação Global para a Educação LGBT

1) De quem é a culpa?

Na realidade, não há conduta familiar ou influência externa (moda, televisão, amigos etc) que determine o desejo sexual dos(as) filhos(as). O psicólogo Cláudio Picazio diz que a família pode sim influenciar a maneira como os filhos vão lidar com sua vida afetiva e sexual, o que devem considerar bom ou sadio.

Também não é porque quebram os “papéis sexuais” esperados, de masculinidade e feminilidade, que os(as) filhos(as) estão “aprendendo” a ser homossexuais. Papéis sexuais não têm relação alguma com desejo sexual. Não há maneiras de corromper ou induzir alguém à homossexualidade.

2) Homossexualidade é doença?

Outro mito bastante difundido é que pessoas homossexuais seriam doentes ou heterossexuais frustradas. Em 17 de maio de 1990, a Organização Mundial da Saúde decidiu que a homossexualidade não é um distúrbio e a retirou de seus manuais. A partir de então, essa data tornou-se o Dia Internacional de Combate à Homofobia. O Brasil foi o 5º país a retirar a terminologia, em 1985, depois apenas dos países escandinavos, e antes mesmo da própria OMS.

De acordo com o livro *Educando para a Diversidade: Os GLBTs na Escola*, “desejos sexuais não podem ser considerados doenças. Doente é aquele que não consegue sentir prazer e desenvolver vínculos afetivos”. A homossexualidade é, portanto, apenas mais uma forma de as pessoas manifestarem seus desejos afetivos e sexuais.

Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 1/99

23 de março de 1999

Art. 2º - Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas.

Art. 3º - os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

Parágrafo único - Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades.

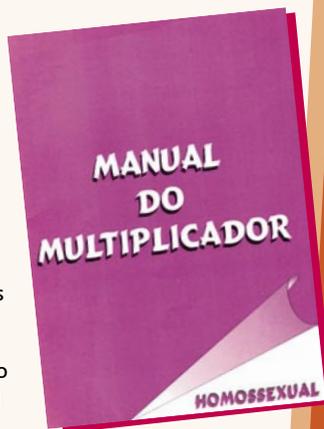
Art. 4º - Os psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica.

3) Os homossexuais são exceções?

No Brasil, segundo o *Manual do Multiplicador Homossexual*, publicado em 1996 pelo Ministério da Saúde, estima-se que cerca de 15 milhões de pessoas sejam homossexuais, o que representa, em números, uma vez e meia a população dos sete estados da região Norte do País. Isso sem contar que muitos gays, lésbicas e bissexuais decidem não assumir o que são por medo do preconceito, da repressão e da homofobia.

Existem homossexuais em todas as famílias, em todas as gerações, em todos os países e culturas. Não há sociedade que não apresente, de alguma forma, manifestações de desejo entre pessoas do mesmo sexo.

Justificar a homofobia pelo suposto número reduzido de homossexuais no mundo, ainda que em contraponto com a quantidade de heterossexuais, não tem fundamento algum.



4) Escolha ou desejo?

Pais e mães não devem se sentir traídos por deduzir que seus filhos(as) poderiam ter outra orientação sexual se quisessem e que não o fazem para agredi-los. A Ciência vem tentando, há muitos anos, explicar as causas da homossexualidade. Ao que tudo indica, fatores biológicos mais psicológicos e sociais seriam determinantes, da mesma forma que acontece com a hetero ou a bissexualidade.

Mas as incertezas ainda são grandes. Até agora, sabe-se apenas que ser homossexual é fruto de um desejo, e não de uma escolha. Ou seja, ninguém simplesmente decide, por conta própria, tornar-se gay, lésbica, bissexual, travesti ou transexual.

Quando o(a) adolescente percebe que sente desejo por um igual, já precisa enfrentar uma série de preconceitos. Por isso, mais importante do que procurar as causas da homossexualidade é buscar as causas da homofobia e lutar contra a discriminação.

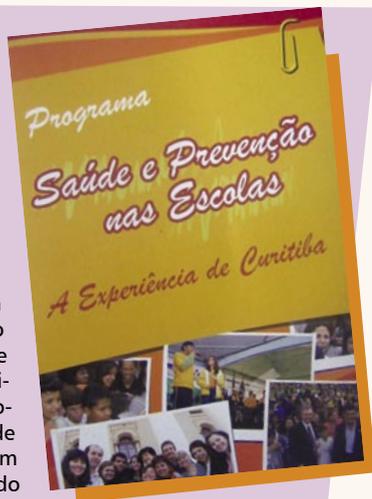
No livro *Desvendando a sexualidade* (1987), César Nunes afirma que há formas variáveis e muitas vezes camufladas de comportamentos homossexuais, desde a convivência homossexual do machismo patriarcal até a homossexualidade transitória no processo de descoberta da sexualidade na adolescência. O autor mostra que, nos Estados Unidos: 37% dos homens são homossexuais durante uma fase da vida; 4% dos homens brancos no Ocidente são exclusivamente homossexuais; 60% dos homens já tiveram alguma forma de experiência homossexual; 3% das mulheres são exclusivamente homossexuais; 40% das mulheres já tiveram alguma experiência homossexual durante a adolescência.

O preconceito esconde, muitas vezes, as incertezas que os(as) adolescentes têm com relação à orientação do desejo. Não existem leis ou cartilhas que estabeleçam com rigor os comportamentos afetivos e sexuais de meninos e meninas. Se uma pessoa está tranqüila com relação a isso, não precisa se defender de alguém com desejos sexuais diferentes dos seus. Também não precisa “lutar” para que esse desejo acabe ou para que seja revertido para alguém do sexo oposto. As crenças e imposições sociais é que acabam determinando as tentativas frustradas de homossexuais se tornarem héteros, por exemplo.

O que é Orientação Sexual?

De acordo com um dos responsáveis pela implementação do programa *Brasil Sem Homofobia* do MEC, o doutor em Sociologia Rogério Diniz Junqueira, “orientação sexual” é uma noção utilizada para nos referirmos à direção ou à inclinação do desejo afetivo e erótico. Rogério lembra que esse desejo, ao direcionar-se, pode ter como objeto pessoas do sexo oposto, pessoas do mesmo sexo ou de ambos os sexos, sem necessariamente fixar-se ou estabilizar-se. “O objeto do desejo sexual não é uma opção ou escolha consciente da pessoa, pois resulta de um processo profundo, contraditório e extremamente complexo de construção e negociação, no decorrer do qual cada indivíduo é levado a lidar com uma infinidade de fatores sociais e psicológicos.” E completa: “As pessoas, a partir de suas situações sociais e históricas específicas, vivenciam e interpretam esses fatores, (re)produzindo e alterando significados e representações acerca de seus comportamentos, suas identidades e suas orientações sexuais.”

Fonte: *Saúde e Prevenção nas Escolas – A Experiência de Curitiba*.



Se as escolas, igrejas e veículos de comunicação fossem voltados para todos(as), e não exclusivamente a heterossexuais, esse processo de descoberta da sexualidade seria menos traumático, tanto para gays, lésbicas, travestis e transexuais, como para aqueles(as) que se relacionam afetiva e sexualmente com pessoas do sexo oposto.

5) Homossexuais são maus pais?

A orientação sexual não influi, de modo algum, na qualidade da educação dos(as) filhos(as). Acreditar nessa hipótese seria acreditar que todos os pais e mães de gays do mundo também se relacionariam com pessoas do mesmo sexo. A família, até poucos anos atrás formada quase que exclusivamente por um pai, uma mãe e os(as) filhos(as), todos(as) considerados(as) heterossexuais, hoje possui as mais diversas formações: famílias de divorciados(as), sem filhos(as), de gays, jovens, lésbicas etc.

6) Homossexuais vão passar a vida solitários(as)?

Há quem acredite que gays e lésbicas não contribuem para a sociedade e que levam vidas solitárias e amargas. Independentemente da orientação sexual, uma pessoa pode sim estar fadada a esse destino. Mas nada que justifique a generalização e o preconceito contra esse ou aquele grupo.

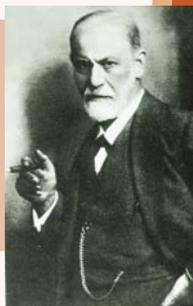
Existe uma rede de relações sociais e todo um mercado, do estético ao cultural, absolutamente voltados para a vida e a socialização dos(as) homossexuais, assim como para outros segmentos sociais, discriminados ou não: solteiros(as), negros(as), jovens, gordos(as) etc. Todos(as) podem integrar o mesmo espaço e contribuir, de alguma forma, para a melhoria das relações e da realidade social.

7) Homossexuais são promíscuos?

Gays e lésbicas podem estabelecer relações afetivas com o mesmo grau de fidelidade e durabilidade que pessoas heterossexuais. O investimento em relacionamentos afetivos nada tem a ver com a orientação sexual dos indivíduos.

A homossexualidade certamente não é uma vantagem, mas também não é motivo para vergonha, não é vício, não é degradação e não pode ser classificada como doença: nós a consideramos como uma variação no desenvolvimento sexual. Muitos indivíduos altamente respeitados dos tempos antigos e modernos foram homossexuais, como os grandes homens: Platão, Michelangelo, Leonardo da Vinci etc. É uma grande injustiça perseguir a homossexualidade como crime e é também uma crueldade.

Carta escrita por Freud para a mãe de um adolescente



8) Homossexualidade e aids: que associação é essa?

A aids não é um castigo contra a promiscuidade sexual, muito menos uma “exclusividade” de gays, lésbicas, bissexuais, travestis ou transexuais. Os primeiros casos foram detectados entre homossexuais, mas isso não quer dizer que a doença foi contraída em primeiro lugar por esse grupo ou que nele se manifesta com mais frequência.

Todas as pessoas, sem distinção, estão vulneráveis às mesmas doenças sexualmente transmissíveis (DST). Os fatores de risco para o HIV/aids incluem o número de parceiros(as), a ausência de métodos contraceptivos, o uso de drogas e de agulhas compartilhadas.

A própria evolução da epidemia pôs fim à noção equivocada de “grupos de risco”, ao mesmo tempo em que os coquetéis de medicamentos facilitaram a convivência com a doença.

9) A religiosidade pode justificar a intolerância?

Ainda hoje, líderes religiosos se manifestam contra o amor entre pessoas do mesmo sexo, citando passagens bíblicas para justificar o preconceito e a discriminação. Mas será que a Igreja, assim como a sociedade, não sofre transformações culturais e históricas?

De acordo com o professor de Teologia Moral, Mário Sanches, da PUC-PR, existe sim uma mudança de postura por parte das religiões, que devem aceitar a homossexualidade de forma mais aberta. “Se admitimos que o ser humano é dinâmico, responsável pelo seu próprio desenvolvimento, temos que entender que a homossexualidade não pode ser vista como uma aberração, mas como uma possibilidade”, afirma.

Mário lembra que as pessoas, homo ou heterossexuais, se constroem também no relacionamento com Deus e em contextos em que estão presentes diversas concepções religiosas e sistemas de crenças. Essa construção não se restringe a uma maneira de interpretar os textos sagrados, as normas e as orientações fornecidas pelas instituições religiosas. No Cristianismo, por exemplo, Mário observa que “há duas maneiras de interpretar a Bíblia: uma fundamentalista e outra histórico-crítica, que não nega as transformações culturais da sociedade”. Para o teólogo, quem escreveu a Bíblia deixou respingar no texto posturas atualmente inaceitáveis, como o machismo e a homofobia. “Essas afirmações precisam ser superadas. É necessário entender que a Bíblia não é a culpada, mas que entrou no ‘rol das manipulações’. Ou seja, a sociedade ainda não sabe como acolher o homossexual da maneira como deveria e, por isso, lança mão de uma série de artifícios, como os preconceitos culturais supostamente defendidos por Deus”, diz.

Sexualidade e responsabilidade

“A Bíblia se justifica pela própria Bíblia”. Com essa frase, o teólogo Mário Sanches faz o seguinte questionamento: Se Deus é amor, haveria algum motivo para não amar os homossexuais?

De acordo com o professor da PUC-PR, todos podem construir sua espiritualidade, desde que de forma sadia e responsável. “Se um hétero tem o direito de assumir um relacionamento alegre e estável, o homo também tem. O que ele não pode é exercer sua sexualidade como forma de dominação, compra ou venda”, diz.

Dica

Para discutir homossexualidade com seus educandos(as), Mário Sanches coloca duas questões:

- 1) Você algum dia decidiu ser heterossexual?
- 2) Imagine e responda: a vida inteira você se entende como heterossexual. De repente, alguém diz que essa postura é inaceitável e que precisa ser mudada. O que você faz? A diferença justificaria a intolerância?

Práticas que condenam os homossexuais desobedecem à Constituição Federal, à Declaração Universal dos Direitos Humanos e, no caso de menores de 18 anos, ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Por essa razão, devem ser denunciadas e combatidas.

Depois de desvendar mitos e crenças difundidos pela sociedade, não é difícil perceber que muitos dos problemas supostamente causados pela descoberta do desejo homossexual não existiriam, ou ao menos não tomariam proporções tão drásticas, caso vivêssemos em ambientes que respeitassem os direitos humanos. Tanto na escola como na família, os sentimentos de culpa, vergonha, desamparo, isolamento, raiva, frustração, desilusão, perda e hostilidade não viriam à tona se todos de fato se preocupassem em saber o que é a homossexualidade, se respeitassem a orientação sexual dos indivíduos e se esforçassem para conhecer os(as) filhos(as), educandos(as), amigos(as) e colegas como eles(as) realmente são.

No colégio onde trabalho, muitos alunos e professores são evangélicos. Então é bem difícil trabalhar com o tema (homossexualidade). O que tento fazer, quando existe algum gancho, é dizer que estou aqui não para impor verdades, mas para trocarmos experiências. Outro problema é que os estudantes reproduzem, mesmo que sem saber, os preconceitos dos pais e da comunidade onde vivem. A criança não tem necessariamente preconceito contra negros, sardentos e homossexuais, mas repete aquilo que ouve em casa ou na rua.

Grupo focal com educadores(as) da rede pública de Curitiba – CEPAC

Tenho um educando que parece ser homossexual. Como proceder?

Em primeiro lugar, não é porque o garoto ou a garota parece ser que necessariamente seja homossexual. Se um menino não gosta de jogar futebol ou uma menina se dedica a atividades consideradas masculinas, não devemos por isso julgá-los nem estigmatizá-los. O comportamento social de uma pessoa não tem a ver com sua orientação sexual. Mas, se de fato o(a) educando(a) tem orientação homossexual e está sofrendo algum tipo de discriminação, procure conversar com a turma sobre o assunto, tomando cuidado para não expor ninguém. Revelar a orientação homossexual é particularmente difícil e só deve ser feito pela própria pessoa, quando ela se sentir preparada e para quem desejar revelar.

Demonstre disponibilidade para conversar fora do horário de aula com quem tiver mais interesse sobre o tema. Se algum(a) educando(a) procurar ajuda sobre sua sexualidade, ouça e, se for necessário, encaminhe-o(a) para a orientação pedagógica da escola ou peça orientação no Conselho Regional de Psicologia.

Definindo papéis

A divisão de responsabilidades

A escola, a família, o Sistema de Garantia de Direitos, o Estado e a sociedade têm particularidades que podem ser utilizadas para reduzir a discriminação e a homofobia. Juntas, essas instituições devem mobilizar as crianças e os(as) adolescentes e promover princípios de respeito à diferença.

A Escola

“Se conhecimento é informação e, mais do que isso, reflexão e crítica, o que permite lidar com pulsões, organizar desejos considerando interesses da cultura pela sustentabilidade da civilização, haveria, portanto, lugar de destaque para a casa do conhecimento, a escola, no lidar com a sexualidade”. Trecho do livro *Juventudes e Sexualidade*, publicado em 2004 pela Unesco.



Qual será o papel da escola em relação à sexualidade de adolescentes? Como ela está abordando o tema? Os(as) educandos(as) estão preparados(as) para falar sobre sexo? Há respeito e tolerância?

A educação sexual é matéria obrigatória dentro dos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais, definidos pelo MEC. Isso significa que a escola deve ser um espaço de reflexão acerca dos diferentes aspectos que envolvem a sexualidade de meninos e meninas.

No artigo *Tirando a Homossexualidade do Armário Escolar*, o antropólogo José Zuchiwschi afirma que dentro da educação formal, que compreende o sistema regular de ensino, a inclusão do tema homossexualidade pode ser percebida distintamente. “No terceiro grau temos uma maior abertura para a discussão sobre o tema, mas no ensino médio e fundamental o silêncio é quase absoluto. Mesmo assim, em quase todos os níveis, a iniciativa da inclusão do tema da homossexualidade parece ser, ainda, uma questão de iniciativa própria dos professores ou das escolas isoladamente”.

Mas devido à complexidade do tema e a uma série de outros fatores, como a falta de recursos e de formação especializada, profissionais da educação ainda têm dificuldade em discutir o assunto em sala de aula. E mais dificuldade ainda em fazer com que os(as) educandos(as) se interessem pelos conteúdos apresentados.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação – 1996

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso à permanência na escola;

III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância.

Com o passar do tempo, algumas fórmulas foram desgastadas, como as simples descrições do aparelho reprodutor e de funções puramente biológicas do organismo nas aulas de Ciências. Assuntos como direitos humanos e orientação sexual têm maior e mais íntima relação com educação e respeito do que com aspectos da saúde humana, por exemplo. Eles podem ser discutidos nas mais variadas disciplinas e nos mais diferentes contextos, envolvendo cidadania, participação social, direitos e deveres.

Para combater a violência, a discriminação, o preconceito e a homofobia com eficiência, mas naturalidade, o respeito à diversidade sexual também deve permeiar as iniciativas desenvolvidas com a família e fora da escola.

Discuta com os(as) educandos(as) as estratégias que levam ao desenvolvimento pleno da cidadania. Quem somos, como somos, o que fazemos e o que queremos da educação são questões que podem estimular críticas e mudanças contínuas.

Além de exigir estrutura e instrumentos necessários para ministrar as disciplinas, os(as) profissionais da educação precisam, hoje, buscar formas interativas para informar os(as) educandos(as) e quebrar alguns padrões pré-estabelecidos. **A interdisciplinaridade e o convite a especialistas para visitarem as escolas são fatores que podem ajudar a tornar compreensível um tema aparentemente tabu.**

Lembre que, além de médicos(as) e psicólogos(as), representantes de movimentos sociais, profissionais de universidades e conselheiros (tutelares ou de direito) podem participar de projetos educativos junto com pais, mães, profissionais da educação e educandos(as).



Um dos aspectos importantes a ressaltar é a quase inexistência de abordagens sobre sexualidade nos projetos e atividades de educação sexual nas escolas. Há uma tendência cultural de enfatizar o sexo (componente biológico da sexualidade) e não a sexualidade em si, processo de construção individual e social a partir da história de cada um, de cada sociedade e cultura, que começa com a fecundação e se mantém dinâmica durante toda a vida. Enfatizar o sexo como forma de poder de homens e mulheres, desconectado da história da sexualidade de cada pessoa, desloca o foco do ser humano para o ato sexual em si, como se faz, com quem se faz, e interfere no desenvolvimento do paradigma voltado aos valores humanos e a cultura da paz.

Araci Asinelli da Luz - Doutora em Educação e professora da Universidade Federal do Paraná

Alguns resultados esperados

- * Melhoria da relação da escola com a família e a comunidade;
- * Conquista da adesão dos(as) educandos(as);
- * Abertura de canais de expressão dos(as) educandos(as), como jornais, fanzines e murais;
- * Reconhecimento do direito à educação de qualidade;
- * Desenvolvimento de atividades que estimulem a auto-estima, a independência, o diálogo e a autoconfiança.

Educação e preconceito

“É importante que a escola seja um espaço onde se formam as crianças e os jovens para serem construtores ativos da sociedade na qual vivem e exercem sua cidadania”. Vera Candau - Oficinas Pedagógicas de Direitos Humanos

As pesquisas mais recentes sobre homossexualidade indicam, porém, que ainda são muitos(as) os(as) profissionais de saúde e educação que contribuem para a disseminação e o fortalecimento de idéias discriminatórias. Mesmo quando não assumem o preconceito direto, educadores(as) e demais atores sociais se esquivam da responsabilidade quando consideram determinadas “brincadeiras” sobre a orientação sexual de meninos e meninas absolutamente “normais”.

No artigo *Marcas de Gênero na Escola*, Mary Garcia Castro e Miriam Abramovay defendem que **os principais equívocos cometidos na escola são a reprodução de estereótipos, considerando que muitos discursos de educadores(as), pedagogos(as) e diretores(as), por exemplo, alinham-se a uma cultura que tende, se não a apoiar, muitas vezes a silenciar sobre as discriminações.** Para as autoras, a escola se abstém de assumir um papel mais agressivo na formação da cidadania, que é pautada no reconhecimento da diversidade, da denúncia, do combate e da desconstrução de discriminações, como a homofobia. “O questionamento de uma cultura de produção de masculinidade que potencializa violências de várias ordens e a construção de uma cultura de paz são ainda uma utopia”.

Eu converso com meus alunos sobre homossexualidade, mas aproveito todos os momentos. Quando surgem brincadeiras ou piadinhas sobre o assunto, costumo perguntar: “Qual o botão que você apertou para definir sua orientação sexual?” Procu-
ro mostrar que não é uma opção, mas um desejo que precisa ser respeitado.

Grupo focal com educadores(as) da rede pública de Curitiba – CEPAC

No entanto, essa distorção de valores não é consequência de indivíduos isolados, mas sim de processos coletivos em particular. Ou seja, mais do que criticar a omissão ou a relativa participação dos membros do corpo pedagógico na implementação de iniciativas de educação sexual e respeito à diversidade, é preciso considerar:

- 1) As precárias condições materiais;
- 2) O pouco reconhecimento da importância do(a) profissional da educação;
- 3) A falta de alternativas para uma formação continuada e integral;
- 4) A restrita participação dos(as) educandos(as) como sujeitos de mudança.

Para reverter esse quadro é necessário, antes de tudo, uma ação articulada entre os governos e a sociedade civil organizada, incluindo aí profissionais das áreas de saúde e educação. Aquele(a) que decide promover e defender os direitos de crianças, adolescentes, jovens e adultos deve assumir, impreterivelmente, o lado dos direitos humanos, do respeito à diversidade e, sobretudo, do combate efetivo a atitudes de intolerância e preconceito.

Parâmetros Curriculares Nacionais

O Ministério da Educação, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais, apontou metas de qualidade que ajudam o(a) educando(a) a enfrentar o mundo atual como cidadão(ã) participativo(a), reflexivo(a) e autônomo(a), conhecedor(a) de seus direitos e deveres. Propôs-se a inclusão da Orientação Sexual nas escolas por meio da transversalidade (abrange as diversas áreas do conhecimento), considerando-se a sexualidade em suas dimensões biológica, psíquica e sócio-cultural. O trabalho de Orientação Sexual deve problematizar, levantar questionamentos e ampliar o leque de conhecimento e opções, para que o(a) educando(a) possa, ele(a) próprio(a), escolher seu caminho.

Em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, existem organizações sociais que defendem os direitos humanos dos(as) homossexuais. Na página www.abglt.org.br, você pode conhecer algumas delas e convidá-las para participar de debates dentro da escola.

Tanto as maiorias como as minorias culturais e políticas - no caso mulheres, negros(as), populações indígenas, pessoas com deficiência, crianças, adolescentes, idosos e indivíduos homossexuais, bissexuais ou transgêneros - devem ter seus direitos respeitados. A sociedade deve se preocupar com a defesa dos direitos de todas as pessoas e grupos, mas é dever do Estado (em todos os seus três Poderes e nas suas esferas federal, estadual e municipal) garantir o respeito e a promoção desses direitos por meio da elaboração de legislação antidiscriminatória, do seu cumprimento por parte de todos(as) e da implementação de políticas públicas de inclusão social e de reconhecimento da diversidade.

No entanto, os governos não conseguem, sozinhos, tornar todos os princípios estabelecidos pelas leis realidade. É necessária uma atuação conjunta entre o Estado, a família e a sociedade civil.

No campo dos Direitos Humanos, o Estado tem dois importantes papéis: o indutor e o garantidor. De acordo com o livro *Direitos Humanos, Segurança Pública e Promoção da Justiça*, como indutor "o Estado deve sentir-se obrigado a implementar políticas públicas educativas e culturais destinadas a socializar entre a nação a consciência moral de direitos e deveres". Já como garantidor, o governo também não pode eximir-se de "elaborar leis que repercutam a declaração universal dos direitos humanos, de forma a implementar políticas públicas que garantam qualidade de vida social, cultural, educacional, econômica, sanitária, civil e política a todos, sem privilégios ou discriminações".

É bom lembrar que, junto com as obrigações do Estado, devem ser asseguradas as obrigações dos cidadãos, que da mesma forma precisam se esforçar para transmitir valores solidários e antidiscriminatórios.

O Sistema de Garantia de Direitos

Com a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, os brasileiros conheceram uma nova forma de democracia: a participação conjunta do governo e da sociedade na busca por soluções para os problemas relativos aos meninos e meninas.

O Sistema de Garantia de Direitos, introduzido pela lei, é uma ampla rede que se apóia em três principais eixos de atuação: a promoção (atendimento direto), o controle (vigilância) e a defesa (responsabilização).

Os Conselhos de Direito, compostos por integrantes do governo e de organizações da sociedade civil, devem existir nas esferas federal, estadual e municipal para deliberar e controlar ações, além de captar recursos para a política de atenção às crianças e adolescentes.

Estatuto da Criança e do Adolescente

Art. 86 – A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Já os Conselhos Tutelares (CTs) são responsáveis pelo atendimento direto, pela solicitação de serviços e pela fiscalização do Estado e da sociedade na promoção e defesa dos direitos infanto-juvenis.

O CT recebe denúncias de suspeitas e casos concretos de ameaça ou violação de direitos, além de assessorar o poder executivo local na elaboração de proposta orçamentária para programas de atendimento na área da infância e adolescência. Mas também cabe à família, à escola, ao Estado e à sociedade contribuir, por meio de relatos de descumprimento da lei, para que o Sistema de Garantia de Direitos funcione da maneira mais adequada possível.

De acordo com o Estatuto, é garantido o acesso de toda criança ou adolescente ao Conselho Tutelar, à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, por qualquer de seus órgãos.

Se em sua escola houver casos de intolerância e desrespeito a homossexuais, tome as medidas previstas na lei. Mas não esqueça: todo direito corresponde a um dever. Ou seja, quanto mais os cidadãos tiverem noção de seus direitos e obrigações, mais chances terá a sociedade de manter relações pacíficas.

Estatuto da Criança e do Adolescente

Art. 131 – O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.

Art. 132 – Em cada Município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução.

Direitos e Deveres

O que cada um pode e deve fazer

Até 1990, quando o ECA foi implementado, a lei em vigor era o Código de Menores, que adotava a doutrina da situação irregular. O documento definia as crianças e adolescentes como sujeitos de direito apenas quando estavam em estado de “patologia social”, ou seja, em situação de perigo, pobreza, violência ou desvio de conduta (atos infracionais). Sozinho, o juiz tinha a responsabilidade de decidir “o que seria melhor” para o menino ou menina: assistência, proteção ou vigilância.

Resultado da mobilização de diferentes setores da sociedade, o Estatuto revogou o antigo Código e definiu a doutrina da proteção integral, aprovada na Convenção Internacional dos Direitos da Infância e Adolescência. Ao invés de “menores”, as crianças e adolescentes passaram a ser sujeitos de direitos e deveres.

Todos os meninos e meninas com até 18 anos incompletos têm **direito** à vida, à liberdade, ao respeito e à dignidade, ao mesmo tempo em que têm **deveres** econômicos, sociais e culturais. Longe de ser paternalista, o ECA é uma lei rigorosa, pois mantém medidas socioeducativas para adolescentes que se encontram em conflito com a lei e responsabiliza aqueles que violam os direitos infanto-juvenis.

Violações

Você pode acompanhar os casos de violação dos direitos às crianças e adolescentes pelo Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (Sipia) de seu município, assim como comparar os dados de qualquer cidade e estado brasileiros. Os conselheiros tutelares são as pessoas responsáveis pela manutenção atualizada dos dados no Sipia.

O Sipia é um sistema nacional de registro e tratamento de informação criado para subsidiar a adoção de decisões governamentais sobre políticas para crianças e adolescentes, garantindo-lhes acesso à cidadania.

Tem uma saída de dados agregados em nível municipal, estadual e nacional e se constitui em uma base real em todos os estados para a formulação de políticas públicas no setor.

Estatuto da Criança e do Adolescente

Art. 70 – É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

A família

Sobre o tema sexualidade e, em especial, no que se refere à homossexualidade, a família deve ser o primeiro segmento orientado pelos(as) educadores(as), sobretudo para que as dúvidas não se transformem em problemas difíceis de serem resolvidos.

Os comportamentos dos pais e mães (aceitação/negação) frente às orientações sexuais dos(as) filhos(as) têm conseqüências importantes na aprendizagem, nos relacionamentos, na formação da auto-estima, do caráter e, principalmente, na vivência saudável e responsável da sexualidade.

A médica de adolescentes Darci Bonetto explica que a organização familiar depende de como cada sociedade define os papéis sociais de pais, mães, filhos e filhas. “Os valores e interesses culturais mudam de acordo com cada época. Desde que a primeira família foi constituída, muita coisa aconteceu. Houve o domínio das mulheres, o governo dos homens, a idéia de manutenção perpétua do casamento, o divórcio, a produção independente... Hoje temos as famílias homossexuais”, conta.

Para Darci, a família é a única instituição afetiva do planeta e, por essa razão, a ela são atribuídas todas as glórias e todos os fracassos do ser humano. “Ter uma família não é sinônimo de felicidade, mas a felicidade está diretamente relacionada com o ser família”, completa a médica.

Reunir a família, informá-la, orientá-la e ajudá-la a lidar com a sexualidade de seus(suas) filhos(as), em diferentes idades, é papel da escola e do(a) educador(a) preparado(a) e compromissado(a). De acordo com a doutora em Educação Araci Asinelli da Luz, dinâmicas, grupos de leituras e estudos, teatros, oficinas pedagógicas, filmes, debates e palestras são algumas das formas que a escola pode organizar para trabalhar com a família, neste e em outros temas sociais contemporâneos.

Da descoberta à aceitação

Quando descobrem que um(a) filho(a) é homossexual, pais e mães geralmente sentem-se transtornados, confusos. Pensam que falharam na educação (falta ou excesso de atenção ou carinho, ausência de modelos femininos ou masculinos) e imaginam-se desamparados, isolados, frustrados ou traídos. Por mais preconceituoso que seja, esse comportamento é fruto de uma série de mitos e padrões socialmente difundidos. Para romper com o estigma, antes de tudo é necessário entender suas causas e consequências.

Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança – 1989

Art. 29

1 – Os Estados Partes reconhecem que a educação da criança deverá estar orientada no sentido de:

- a) desenvolver a personalidade, as aptidões e a capacidade mental e física da criança em todo seu potencial;
- b) imbuir na criança o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, bem como aos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas;
- c) imbuir na criança o respeito aos seus pais, à sua própria identidade cultural, ao seu idioma e seus valores, aos valores nacionais do país em que reside, aos do eventual país de origem e aos das civilizações diferentes da sua;
- d) preparar a criança para assumir uma vida responsável numa sociedade livre, com espírito de compreensão, paz, tolerância, igualdade de sexos e amizade entre todos os povos, grupos étnicos, nacionais e religiosos, e pessoas de origem indígena.

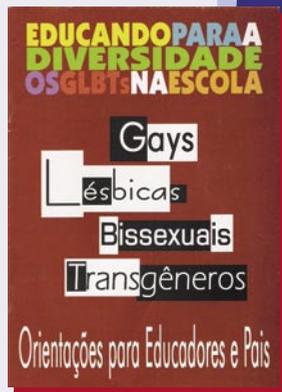
Segundo o livro *Educando para a Diversidade: Os GLBTs na Escola*, depois do primeiro choque, os pais e mães tentam proteger-se da notícia “dolorosa” e “ameaçadora”, usando diversos tipos de negação do fato. Entre eles, destacam-se:

A hostilidade (“Preferia não ter tido esse filho”; “Era melhor ter uma filha prostituta”);

O fazer de conta que aquilo não existe (Não tocam no assunto, como se dessa forma ele deixasse de existir);

A minimização da importância do fato (Tentam acreditar que essa é uma fase passageira);

A culpa de influências externas (A “culpa” recai sobre a televisão, a moda, os amigos, colegas da escola, vizinhos etc).



Na etapa seguinte, esses pais e mães começam a tomar as chamadas atitudes de defesa. Antes de aceitar a orientação sexual dos(as) filhos(as), prometem “curar” a homossexualidade por meio da religião, da medicina, de psicólogos ou analistas. Não se trata de julgar a homossexualidade em si, mas de tentar proteger os(as) filhos(as) dos comportamentos agressivos que necessariamente vão surgir por parte de amigos(as), colegas, profissionais da educação e demais familiares ou da sociedade em geral. Essa prática se estende até o momento em que, sem alternativa, começam a pesquisar o que é a homossexualidade.

Segundo a mesma obra, além de temerem que seus filhos e filhas sofram represálias, os pais e mães preocupam-se com a aids (como se de fato existissem “grupos de risco”) e desconfiam das relações homossexuais estáveis.

Não são todos(as) que rompem com o preconceito a ponto de chegarem à fase da aceitação, quando o relacionamento entre pais, mães e filhos(as) se torna aberto, fortalecido e realmente verdadeiro. Mas os(as) que conseguem fazer isso percebem que, ao contrário do que pensavam no início, gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais são “iguais” a todas as outras pessoas, pois possuem sonhos, desejam a felicidade e o respeito.

Não é uma escolha. É uma vontade

Aos 18 anos, resolvi contar para minha família. O motivo é que eu não agüentava mais viver uma vida de mentiras e fingimentos. Dos 16 aos 18 anos, foi só isso o que aconteceu. Eu ia a boates gays, ficava com vários caras, adorava, me divertia, mas quando chegava em casa precisava dizer que tinha saído com “fulana ou sicrana”. Muitas vezes eu me perguntava por que as pessoas são homossexuais. É uma vida muito difícil, cheia de preconceito. Mas eu nunca encontrei uma explicação. O que de mais razoável vem à minha cabeça é uma comparação um tanto esdrúxula. Por exemplo: eu não gosto de peixe. Eu gosto de carne com gordura. Por que será que eu não gosto de peixe? É a mesma dúvida que se tem ao tentar entender uma coisa que é inerente à sua vida, à sua pessoa, não é uma escolha. É uma vontade.
Educando da área de Filosofia de Brasília, 26 anos.

Temas que os jovens discutem na família

A sexualidade é um dos temas menos conversados em família. A pesquisa *Os Jovens de Curitiba: Esperanças e Desencantos* aponta que os(as) jovens conhecem e discutem pouco valores referentes à sexualidade dentro de casa. Com isso, ficam à mercê das informações disponíveis pela mídia (que normalmente banaliza as relações sexuais), pelos amigos (tão ou mais vulneráveis), pela escola, por situações específicas e pontuais (nem sempre adequadas para a faixa etária) ou pelas unidades de saúde (geralmente procuradas apenas quando algum problema já ocorreu).

Temas que os jovens discutem na família

| Temas | Muito | | Às vezes | | Nunca | |
|-------------------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|
| | Abs. | % | Abs. | % | Abs. | % |
| Futuro Profissional | 541 | 60 | 282 | 31,3 | 72 | 8,0 |
| Relacionamento na mídia | 402 | 44,6 | 386 | 42,8 | 107 | 11,9 |
| Problemas familiares | 336 | 37,3 | 391 | 43,4 | 168 | 18,6 |
| Escola | 336 | 37,3 | 391 | 43,4 | 168 | 18,6 |
| Problemas econômicos | 313 | 34,7 | 321 | 35,6 | 260 | 28,9 |
| Relação com amigos | 298 | 33,1 | 367 | 40,7 | 230 | 25,5 |
| Religião | 290 | 32,3 | 372 | 41,3 | 230 | 25,5 |
| Esportes | 278 | 30,9 | 339 | 37,6 | 278 | 30,9 |
| Drogas | 266 | 29,5 | 326 | 3,2 | 303 | 33,6 |
| Namoro | 232 | 25,7 | 364 | 40,4 | 299 | 33,2 |
| Sexualidade | 166 | 18,4 | 334 | 37,1 | 395 | 43,8 |
| Política | 109 | 12,1 | 297 | 33,0 | 489 | 54,3 |

* Abs - Números absolutos

Fonte: Os Jovens de Curitiba: esperanças e desencantos



O(a) Adolescente

O jovem protagonista é fonte de iniciativa, que é ação; fonte de liberdade, que é opção; e fonte de compromissos, que é responsabilidade. É uma forma superior de educação para a cidadania não pelo discurso das palavras, mas pelo curso dos acontecimentos. (Portal do Protagonismo Juvenil)

A escola e a família atuam diretamente na formação dos(as) adolescentes e jovens, tanto de modo formal como informal. Mas além de repassar conhecimentos, é preciso conscientizá-los(as) para a necessidade de atuarem como agentes multiplicadores nas comunidades onde vivem.

“Ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, as pessoas se educam entre si, mediatizadas pelo mundo”. (Paulo Freire)

A partir dessa perspectiva, o(a) educando(a) passa a ser encarado(a) como sujeito de suas transformações, como protagonista de sua própria história. E cada vez mais é preciso sensibilizá-lo(a) para a necessidade de atuar como agente multiplicador(a) na comunidade onde vive. Adolescentes mobilizados(as) podem interferir na implementação de políticas públicas e na destinação de recursos para determinados bairros, regiões e projetos.

No livro *Os Jovens de Curitiba: esperanças e desencantos*, Ana Luisa Fayet Sallas diz que os(as) adolescentes revelam tensões, conflitos e feridas não cicatrizadas com relação a temas como a homossexualidade, a equidade de gêneros e as diversidades racial e social. A formação de jovens protagonistas, que atuem por conta própria ou estimulados por profissionais da educação e familiares, é fundamental para superar esses preconceitos e promover a cidadania

Criatividade e atitude para superar as dificuldades

Resiliência - *Modelo conceitual construído a partir de observações e estudos de famílias, indivíduos e comunidades que demonstraram capacidade de superar adversidades, transformando-se positivamente.*

Na adolescência, a discriminação pode abaixar a auto-estima, dificultar a sociabilidade e o desenvolvimento de talentos, além de interferir no compromisso do(a) adolescente com a própria vida e o exercício diário de cidadania. Nesse contexto, não há nada melhor do que ensinar o(a) educando(a) a pensar nos problemas para tomar atitudes rumo às soluções.

Trabalhar com o conceito de resiliência em momentos de crise é importante para resolver conflitos pessoais, estimular capacidades e fortalecer as características da personalidade de cada indivíduo, como independência de pensamento e ação, vontade de aprender, disciplina, responsabilidade e senso de humor.

As instituições e profissionais devem estar sempre abertos(as) para o diálogo e disponíveis para a elaboração de metas que ajudem o(a) adolescente ou jovem a resolver seus problemas.

Estatuto da Criança e do Adolescente

Art. 18 - É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Como a escola pode lidar com o (a) adolescente?

O paradigma educacional construtivista, aceito pelo mundo contemporâneo como adequado para a aprendizagem significativa, estimula metodologias pró-ativas, participativas, reflexivas e dialógicas, dando um espaço cada vez maior para o(a) adolescente se posicionar, elaborar e manifestar questões. Dessa forma, pode enfatizar o processo de construção do conhecimento, para que o produto da aprendizagem (os saberes e comportamentos aprendidos) seja significativo. Hoje, mais do que nunca, precisamos muito mais de alunos(as) "perguntadores" ao invés de alunos "responde-dores". É importante que a escola, incluindo aí os(as) professores(as), veja nos(as) adolescentes a solução dos problemas da adolescência, acreditando no potencial dos(as) jovens e ajudando-os a se descobrirem capazes de contribuir para as transformações sociais, eliminando qualquer manutenção de práticas homofóbicas, preconceituosas e racistas. *Araci Asinelli da Luz - Doutora em Educação e professora da UFPR*



Questões de Gênero

O professor Nilson Fernandes Dinis, da UFPR, observa que, no Brasil, os estudos sobre gênero e diversidade sexual foram inseridos no espaço e na história da educação apenas nos anos 90, cerca de vinte anos depois das primeiras manifestações feministas sobre o tema. Nilson atribui esse atraso à predominância de “proposições essencialistas e excludentes nos conceitos utilizados para pensar identidades sexuais e de gênero”. A superação das visões essencialistas (naturalizantes) e preconceituosas é fundamental para conferirmos visibilidade às diferentes formas alternativas de viver a sexualidade e garantir o reconhecimento de sua legitimidade. “Isso força a escola a rever alguns padrões que produzem a sexualidade das(os) educandos(as). Por outro lado, também acirra manifestações de grupos mais conservadores.”

Discutir questões de gênero é uma forma de propiciar a compreensão dos processos de produção das desigualdades sociais entre homens e mulheres e, ao mesmo tempo, lutar contra os mecanismos que geram tais desigualdades e diversas formas de violência.

Não é por acaso que, em uma sociedade onde a construção da masculinidade passa pela valorização de atitudes e pensamentos machistas e homofóbicos, a violência contra mulheres e homossexuais pode ser diferentemente percebida entre jovens do sexo masculino e do sexo feminino.

No estudo *Juventudes e Sexualidade*, da Unesco, os(as) jovens das 14 capitais pesquisadas apontam que atirar em alguém, estuprar, bater em homossexuais, usar drogas, roubar e andar armado são as seis ações mais violentas praticadas contra seres humanos. No entanto, enquanto para as meninas a agressão contra homossexuais é a terceira manifestação mais grave, os meninos a colocam apenas na sexta posição.

Tabela 1 – Ações consideradas mais violentas

| Ações consideradas mais violentas | Masculino | | Feminino | |
|-----------------------------------|-----------|-------|----------|-------|
| | Posição | (%) | Posição | (%) |
| Atirar em alguém | 1º | 82,6% | 1º | 86,3% |
| Estuprar | 2º | 68,5 | 2º | 84,0 |
| Bater em homossexuais | 6º | 36,1 | 3º | 47,8 |
| Usar drogas | 3º | 48,1 | 4º | 46,0 |
| Roubar | 4º | 45,3 | 5º | 44,6 |
| Andar armado | 5º | 44,0 | 6º | 42,1 |

Fonte: Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas na Escola, UNESCO, 2001

Por isso, o professo Nilson propõe a inclusão dos estudos nos cursos de formação docente, a análise crítica de representações sexuais e de gênero produzidas pela mídia e a experimentação de novas formas de linguagem, que possam “desconstruir estruturas identitárias binárias e excludentes”, como homem-mulher e heterossexual-homossexual. É um meio de desmistificar crenças geradoras de angústia, insegurança e violência.

O(a) profissional da área de educação pode introduzir as discussões acerca das questões de gênero ao falar, por exemplo, do papel da linguagem como estrutura de percepção, representação e legitimação do mundo em que vivemos. Ele (ela) pode mostrar, por exemplo que, por meio da linguagem e da utilização de termos masculinos e femininos, são reproduzidos padrões socioculturais que garantem a hegemonia masculina e heterossexual.



O papel da mídia

O papel da imprensa em relação aos direitos da infância e adolescência é promover a mobilização da opinião pública, com o propósito de estimular a participação dos diversos segmentos da sociedade. Passar uma visão clara dos direitos da criança e do adolescente, mostrar o que vem sendo feito para implementar novas leis, desmistificar estereótipos relacionados aos direitos humanos e seus defensores, difundir idéias e experiências para melhorar e gerar novas ações são algumas das pautas que devem ser tratadas pelos meios de comunicação. (Guia para Jornalistas – Ciranda)

O direito à comunicação é fundamental para a promoção da cidadania e a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Seja por meio de jornais e revistas ou de veículos televisivos e radiofônicos, a imprensa tem as ferramentas necessárias para desmistificar conceitos, exigir o cumprimento dos princípios estabelecidos pela lei e combater a homofobia e a exclusão.

A mídia pode contribuir para que a sociedade reflita acerca das diferenças e passe a respeitá-las. A divulgação dos artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente, das resoluções do Conselho Federal de Psicologia e da Constituição Federal, por exemplo, evitam que as leis e suas possibilidades de desenvolvimento social, político, econômico e cultural caiam no desuso ou descrédito. O tratamento natural sobre questões referentes à homo, à bi, à trans e à heterossexualidade nos meios de comunicação desmistifica o assunto, sobretudo para adolescentes que, em uma etapa tão conturbada da vida, se deparam com dúvidas a respeito da orientação sexual.

Não é verdade que a disseminação de informações sobre homossexualidade influencie na orientação sexual dos indivíduos. O conhecimento ajuda a diminuir o preconceito, permitindo que mais pessoas assumam quem são e vivam de maneira visível seus relacionamentos amorosos.

No entanto, a homossexualidade é praticamente ausente nos veículos de imprensa do Brasil. De acordo com o Relatório *A Mídia dos Jovens*, produzido pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), a imprensa brasileira publicou em 2004 apenas 26 matérias sobre o assunto, o que representa 9,55% das inserções dentro do tema Diversidade. Ainda assim, são textos que não aprofundam o conflito vivenciado por jovens homossexuais e, geralmente, retratam opiniões preconceituosas, que não provocam reflexões.

No total, foram contabilizados 5.068 textos de suplementos de jornais e revistas dirigidos a adolescentes brasileiros ao longo de três anos: 2002, 2003, e 2004.

Profissionais de educação podem utilizar fatos noticiados pela imprensa para estimular debates sobre cidadania, violência, diversidade e direitos humanos em sala de aula. Gênero, linguagem, cultura e preconceito são algumas das questões a serem exploradas.

Glossário

Bissexuais – Indivíduos que sentem desejo igualmente por ambos os sexos.

Bullying – Termo inglês que significa prática de agressividade repetida, bastante comum entre crianças e adolescentes. Engloba todas as formas de atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem dentro de uma relação desigual de poder.

Diversidade – De acordo com o dicionário Houaiss, diversidade significa multiplicidade, *qualidade daquilo que é diverso, diferente e variado*. Neste guia, refere-se à multiplicidade de identidades, orientação e desejos sexuais.

Drag queen – Homem que não disfarça ser homem, se enxerga como homem e “brinca” com a identidade feminina, vestindo-se em público como mulher e de forma extravagante (com purpurinas, lantejoulas, perucas, saltos etc).

Discriminação – Separar, destringer, discernir, dividir, repartir. É a manifestação do preconceito, ou seja, do julgamento de uma pessoa ou de um grupo de pessoas de maneira generalizada, sem base no comportamento real.

Estigma – “Marca”, impressão ou rótulo que torna visível traços extraordinários, ruins ou negativos, desqualificando e discriminando uma pessoa ou um grupo social. Pessoas ou grupos estigmatizados são socialmente reconhecidos pelos aspectos julgados “negativos” e associados ao estigma. Com isso, são penalizados e colocados à margem da sociedade. O estigma cria um círculo vicioso de discriminação e exclusão social, que perpetua a desinformação e o preconceito.

Gays – Termo inglês que significa “alegre”, mas que foi adotado para nomear indivíduos que se relacionarem afetiva e sexualmente com pessoas do mesmo sexo.

Heterocentrismo - Atitude comum de pessoas que enxergam a heterossexualidade como única forma de orientação sexual. Um heterocentrista não possui, necessariamente, atitudes discriminatórias ou preconceituosas diante de gays, lésbicas, bissexuais, travestis ou transexuais. Isso porque “não toma conhecimento” de sua existência. Mas esse comportamento pode acontecer a partir do momento em que o indivíduo perceber a diversidade. *Fonte: armariox.com.br*

Heterossexismo - Atitude de quem aceita a heterossexualidade como única forma válida de orientação sexual. O heterossexista tende a discriminar gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais com base em sua orientação sexual, seja de maneira agressiva e violenta, seja de maneira “sutil” ou “cordial”. O termo é utilizado na mesma acepção que caracteriza as palavras racismo e sexismo. *Fonte: armariox.com.br*

Homofobia – Medo, desprezo ou intolerância contra homossexuais, que pode inclusive resultar em atos de violência. O termo é usado para descrever a repulsa face às relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo, o ódio generalizado aos homossexuais e todos os aspectos do preconceito e da discriminação anti-homossexual.

Homossexuais – Pessoas que têm orientação sexual e afetiva por pessoas do mesmo sexo.

HSH – Sigla da expressão “Homens que fazem Sexo com Homens”, utilizada principalmente por profissionais da saúde, na área de epidemiologia, para se referirem a homens que mantêm relações sexuais com outros homens.

Identidade sexual – É o gênero ou o sexo com o qual a pessoa se identifica, ou pela qual é identificada pela sociedade. Não necessariamente está relacionada com os genes, a aparência, a orientação ou o papel sexual

Lésbicas – Terminologia utilizada para designar homossexuais femininas.

Orientação Sexual – Representa a direção ou a inclinação do desejo afetivo e erótico, que tanto pode ser homossexual, como bissexual ou heterossexual.

Papel sexual – É como a pessoa se comporta socialmente, independente do sexo biológico, da orientação e da identidade sexual.

Preconceito – Conceito ou opinião formada antes de ter os conhecimentos adequados. Superstição, credence, prejuízo. Desde que não manifestado (em atitudes discriminatórias), é considerado um direito inerente ao indivíduo. É determinante em nossos comportamentos.

Sexualidade – Conceito que envolve, de acordo com o psicólogo Cláudio Picazio (*Diferentes Desejos*, 1998), o comportamento, o ato sexual em si e as noções de masculino e feminino. É composta de vários elementos, como o corpo com que as pessoas nascem (pelos genes as pessoas são homens ou mulheres) e a aparência (resultado de fatores genéticos e do ambiente intra-uterino da mãe). Conforme Araci Asinelli da Luz, “é uma conclusão histórica e cultural, única para cada pessoa e que se dá ao longo de nossas vidas”.

Transgêneros – Terminologia que engloba tanto travestis quanto transexuais. Biologicamente, são homens e mulheres, mas se relacionam com o mundo projetando a imagem do sexo oposto.

Transexuais – São pessoas que não se identificam com o sexo que ostentam anatomicamente. A transexualidade não é uma orientação sexual, mas sim uma questão de identidade de gênero. Ou seja, um(a) transexual pode ser homo, bi ou heterossexual.

Travestis – Homens, ou mulheres, que se identificam mais com o papel do outro sexo sem, porém, desejarem passar por cirurgias reparadoras de mudança de sexo. Para tanto, preferem usar roupas, cortes de cabelo, etc. tradicionalmente associados com o sexo oposto.



Informações Importantes

Onde denunciar casos de violência contra homossexuais

Conselho Federal de Psicologia.

Contato: (61) 2109-0100.

Conselho Regional de Psicologia (Curitiba).

Contato: (41) 3013-5766.

Conselho Tutelar de Curitiba

Contatos: (41) 3289-4240 (Bairro Novo), (41) 3267-7888 (Cajuru), 3276-6823 (Boqueirão), 3297-1498 (Santa Felicidade), (41) 3245-1100 (Portão), 3248-6974 (Pinheirinho), (41) 3356-1001 (Boa Vista) e (41) 3233-0055 (Matriz).

Ministério Público do Estado do Paraná

Contato: (41) 3250-4000

Defensoria Pública (orientação e assessoria jurídica)

Contato: (41) 3219-7300

Grupo Dignidade – pela Cidadania de Gays, Lésbicas, Transexuais e Travestis

Contato: (41) 3222-3999 / dignidade@grupodignidade.org.br

Polícia Civil do Paraná

Contato: (41) 3883-8100 / pcivil@pr.gov.br

Delegacia da Mulher

Contato: (41) 3223-5323

Delegacia do Adolescente

Contato: (41) 3366-2332

Videos para a escola

- *Para que time ele joga?* – Ministério da Saúde
- *A boneca na mochila* – ECOS
- *Minha vida de João* – Instituto Promundo, et al.

Sugestões de filmes

- *Adeus Minha Concubina*
- *Billy Elliot*
- *E a vida continua*
- *Kinsey – Vamos Falar de Sexo*
- *Meninos não choram*
- *Minha vida de João*
- *Mirta*
- *Orlando*
- *Tempestade sobre Washington*
- *Vera*
- *A Carta Anônima*
- *Diário Roubado*
- *Filadélfia*
- *Luzia Homem*
- *Meu Querido Companheiro*
- *Minha vida em cor de rosa*
- *Morango e Chocolate*
- *O Patinho Feio*
- *The Magdalene Sisters*
- *Wittgenstein*

Sugestões de livros

BOM, M.; D'ARC, A. **Relatório sobre a homossexualidade masculina**. Belo Horizonte: Interlivros, 1979.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Projetos Educacionais Especiais. **Diretrizes para uma política educacional em sexualidade**. Brasília, 1994.v.2

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e aids. REIS, T.; HARRAD, D. (Org.). **Projeto Somos: desenvolvimento institucional, advocacy e intervenção para ONGs que trabalham com gays e outros HSH**. Brasília, 2005.

GUIMARÃES, C.D. **O homossexual visto por entendidos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

HEILBORN, M.L. **Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

MELILLO, A.; OJEDA, E.N.S. et al. **Descobrimo as próprias fortalezas: Resiliência**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

PISCITELLI, A.; GREGORI, M.F.; CARRARA, S. (Orgs.). **Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

RIBEIRO, M. (Org.). **O prazer e o pensar**. Vol. 1. São Paulo: Gente; Cores, 1999.

RIOS, L.F. et al. Rumo à adultez: oportunidades e barreiras para a saúde sexual dos jovens brasileiros. In: Educação, adolescências e culturas juvenis. **Caderno Cedes**, São Paulo, v.1, n.1, 1980.

TAVARES, J. (Org.) et al. **Resiliência e educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

Sugestões de links

- Armário X: www.armariox.com.br
- CEPAC: www.cepac.org.br
- DHnet – Rede Direitos Humanos e Cultura: www.dhnet.org.br
- Educação On Line: www.educacaoonline.pro.br
- Grupo Dignidade: www.grupodignidade.org.br
- Homofobia – Causas e Conseqüências: <http://homofobia.com.sapo.pt>
- Human Rights Campaign: www.hrc.org
- Human Rights Education Associates – HREA: www.hrea.org
- Internacional de la Educación – Orientação Sexual: www.ei-ie.org/glb/en

Referências

Agência de Notícias dos Direitos da Infância e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Mídia e conselhos – um guia para encurtar a distância entre conselhos de direitos, conselhos tutelares e a sociedade.** [S.l. : s.n.], 2003.

Agência de Notícias dos Direitos da Infância e Instituto Votorantim. **Relatório a mídia dos jovens.** [S.l. : s.n.], 2005.

BRASIL. **Constituição Federal (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil 1988: Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988, Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.

_____. **Lei Darcy Ribeiro (1996).** LDB: Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9.394 – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem homofobia.** Brasília: MS, 2004.

_____. _____. Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis. **Manual do Multiplicador Adolescente.** Brasília, 1993.

_____. _____. Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis. **Manual do Multiplicador Homossexual.** Brasília, 1996.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. **Marcas de gênero na escola.** Brasília: Unesco, 2003.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M.; SILVA, L.B. **Juventudes e sexualidade.** Brasília: Unesco, 2004.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual.** Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CURITIBA. Secretaria Municipal da Saúde. **Programa saúde e prevenção nas escolas : a experiência de Curitiba.** Curitiba: Ciranda, 2005.

DYNES, W. **Research guide on homosexuality.** [S.l. : s.n.], 1987.

_____. **Encyclopedia of homosexuality.** New York: Garland Press, 1990.

GRUPO DIGNIDADE. **Passaporte da cidadania: gays, lésbicas, transexuais e travestis.** Curitiba: [s.n.], 2006.

MARTINS, V. **A homossexualidade no meio escolar.** Disponível em <<http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=296>. Acesso em 10 junho 2004.

MORAIS, R. **O que é violência urbana.** Rio de Janeiro: Brasiliense, 1990.

MOTT, L. **O jovem homossexual**: noções básicas de direitos humanos para professores, professoras, profissionais da saúde e para jovens gays, lésbicas, transgêneros e seus familiares. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2002.

_____. **O que todo mundo deve saber sobre homossexualidade**. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2002.

NUNES, C.A. **Desvendando a sexualidade**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1987.

PICAZIO, C. **Diferentes desejos**: adolescentes homo, bi e heterossexuais. São Paulo: Editora GLS, 1998.

SALLAS, A. L. **Os jovens de Curitiba**: esperanças e desencantos. Brasília: [s.n.], 1999.

SUPLICY, M. **Sexo para adolescentes: orientação para educadores**. São Paulo: FTD, 1988.

UNESCO, Instituto Paulo Montenegro, Ministério da Educação/INEP. **O perfil dos professores brasileiros**: o que fazem, o que pensam, o que almejam. São Paulo: Moderna, 2004.

ZUCHIWSCHI, J. Tirando a homossexualidade do armário escolar. In LOPES, D. (Org.) **Imagem e diversidade sexual**: estudos da homocultura. São Paulo: Nosoja Edições, 2004.

Anexo 1

Dinâmicas sugeridas como material de apoio

1) *Por que tanta diferença?*¹

Objetivo

Discutir como os participantes percebem os papéis sexuais entre homens e mulheres na sociedade

Material

* Sala ampla, papel sulfite, canetas e cartolinas;

* Tempo: 40 minutos

Desenvolvimento

Dividir os participantes em seis grupos: três do sexo feminino e três do sexo masculino;

Solicitar dos grupos do sexo masculino que discutam, em subgrupos, as vantagens de ser mulher;

Solicitar dos grupos femininos que discutam, em subgrupos, as vantagens de ser homem.

Após a discussão, devem preparar uma lista com as referidas vantagens e desvantagens de ser homem ou mulher.

Um sexo se coloca frente ao outro. Após a montagem da listagem, cada grupo apresenta seus resultados.

Discussão

Qual a origem dessas diferenças?

Como essas diferenças são vistas em outras sociedades?

Como essas diferenças afetam a vida dos homens e das mulheres?

Quais das vantagens de ser homem ou mulher são reais e quais são estereotipadas?

É possível ser homem e exercer alguns dos tópicos listados em mulher e vice versa?

O que significa masculino e feminino? É o mesmo que macho e fêmea?

Resultado esperado

O grupo começará a pensar sobre as diferenças dos papéis sexuais.

¹ FONTE: BRASIL, Ministério da Saúde. Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis. **Manual do Multiplicador Adolescente**. Brasília, 1993.

2) Pessoa no chão:

Objetivo

Proporcionar uma discussão sobre a homossexualidade na visão da sociedade e na visão do indivíduo.

Material

Papel kraft, pincel atômico, quadradinhos de papel sulfite e canetas.

Desenvolvimento

Solicita-se a um dos integrantes da turma que se deite sobre o papel Kraft e se faz o contorno da pessoa com pincel atômico.

O facilitador solicita que escolham o nome (masculino) para esse personagem.

Depois, distribui três papéis para cada participante e explica que essa pessoa (desenhada no papel kraft) é um homossexual.

O facilitador solicita que, no primeiro papel, escrevam como a sociedade vê essa pessoa. No segundo, como cada um a vê e, no terceiro, o que acredita que a pessoa precisa.

Em seguida, o facilitador solicita que, um por um, os participantes coloquem o primeiro papel em volta da pessoa desenhada. Depois, o segundo, e por último o terceiro.

O facilitar então conduz a discussão sobre o resultado da dinâmica

Resultado esperado

É possível verificar o preconceito da sociedade e as ações afirmativas que podemos promover.

Propor repetir a experiência ou fazê-la paralelamente, com uma personagem feminina.

3) A foto

Material

Uma foto de dois homens e/ou de duas mulheres se beijando, papel sulfite e caneta

Desenvolvimento

O facilitador fixa a foto em algum lugar da sala.

Depois, solicita aos integrantes que escrevam em uma folha de sulfite a resposta para a questão: Qual o sentimento que você tem ao ver essa foto?

Recolhe as folhas, coloca-as no chão de acordo com a similaridade das respostas e inicia a discussão sobre o processo.

Resultado esperado

Ampliar as reflexões sobre nossos sentimentos e preconceitos relacionados à homossexualidade.

4) Foto de mulheres e/ou de dois homens

Material

Uma foto de duas mulheres e/ou de dois homens se beijando, papel sulfite e caneta

Desenvolvimento

O facilitador fixa a foto em algum lugar da sala.

Em seguida, solicita aos integrantes que escrevam em uma folha de sulfite a resposta para as seguintes questões:

O que um grupo de artistas pensa sobre essa imagem?

O que um grupo de religiosos conservadores pensa sobre essa imagem?

O que um grupo de ETs pensa sobre essa imagem?

O que um grupo machões pensa sobre essa imagem?

Resultado esperado

Ampliar as reflexões sobre nossos sentimentos e preconceitos relacionados à homossexualidade.

5) E a canoa virou ²

Objetivo

Discutir a natureza do preconceito e maneiras pelas quais discriminamos ou não discriminamos alguém.

Material

Sala ampla, que permita a formação de grupos, aparelho de som, fita-cassete e música "Fullgás" (Marina Lima e Antônio Cícero).

Desenvolvimento

Forme grupos de cinco a seis participantes.

Apresente ao grupo a seguinte situação:

Cada grupo está em um barco em alto-mar. O barco bate em um recife e pode afundar a qualquer momento. Vem um barco salva-vidas que tem capacidade de transportar todas as pessoas, menos uma. Por isso, cada grupo vai excluir um membro, baseado em critérios decididos e aceitos pelo grupo.

Quem for excluído ficará em um lugar da sala pré-fixado, discutindo os critérios utilizados para a exclusão e o sentimento de ser excluído. Os não excluídos discutirão o que sentem ao terem de excluir alguém do grupo e definir os critérios de exclusão.

Pontos para discussão

Como interagem as pessoas excluídas e as pessoas que excluem?

Quais os sentimentos evidenciados pelos excluídos?

Como o grupo se sente ao ter de excluir alguém?

Resultado esperado

Ter promovido uma reflexão sobre atitudes de discriminação e preconceito

² FONTE: BRASIL, Ministério da Saúde. Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis. **Manual do Multiplicador Adolescente**. Brasília, 1993

Causas da Homossexualidade³

Dráuzio Varela

Existe gente que acha que os homossexuais já nascem assim. Outros, ao contrário, dizem que a conjunção do ambiente social com a figura dominadora do genitor do sexo oposto é que são decisivos na expressão da homossexualidade masculina ou feminina. Como separar o patrimônio genético herdado involuntariamente de nossos antepassados da influência do meio foi uma discussão que monopolizou o estudo do comportamento humano durante pelo menos dois terços do século XX.

Os defensores da origem genética da homossexualidade usam como argumento os trabalhos que encontraram concentração mais alta de homossexuais em determinadas famílias e os que mostraram maior prevalência de homossexualidade em irmãos gêmeos univitelíneos - criados por famílias diferentes sem nenhum contato pessoal. Mais tarde, com os avanços dos métodos de neuro-imagem, alguns autores procuraram diferenças na morfologia do cérebro que explicassem o comportamento homossexual. Os que defendem a influência do meio têm ojeriza aos argumentos genéticos. Para eles, o comportamento humano é de tal complexidade que fica ridículo limitá-lo à bioquímica da expressão de meia dúzia de genes. Como negar que a figura excessivamente protetora da mãe, aliada à do pai pusilânime, seja comum a muitos homens homossexuais? Ou que uma ligação forte com o pai tenha influência na definição da sexualidade da filha?

Sinceramente, acho essa discussão antiquada. Tão inútil insistirmos nela como discutir se a música que escutamos ao longe vem do piano ou do pianista. A propriedade mais importante do sistema nervoso central é sua plasticidade. De nossos pais herdamos o formato da rede de neurônios que trouxemos ao mundo. No decorrer da vida, entretanto, os sucessivos impactos do ambiente provocaram tamanha alteração plástica na arquitetura dessa rede primitiva que ela se tornou absolutamente irreconhecível e original.

Cada indivíduo é um experimento único da natureza porque resulta da interação entre uma arquitetura de circuitos neuronais geneticamente herdada e a experiência de vida. Ainda que existam irmãos geneticamente iguais, jamais poderemos evitar as diferenças dos estímulos que moldarão a estrutura microscópica de seus sistemas nervosos. Da mesma forma, mesmo que o oposto fosse possível - garantirmos estímulos ambientais idênticos para dois recém-nascidos diferentes - nunca obteríamos duas pessoas iguais por causa das diferenças na constituição de sua circuitaria de neurônios. Por isso é impossível existirem dois habitantes na Terra com a mesma forma de agir e de pensar.

³ VARELLA, D. Causas da Homossexualidade.

Disponível em: <<http://www.drauziovarella.com.br/artigos/homossexualidade.asp>> Acesso em 05 de maio de 2006

Se taparmos o olho esquerdo de um recém-nascido por 30 dias, a visão daquele olho jamais se desenvolverá em sua plenitude. Estimulado pela luz, o olho direito enxergará normalmente, mas o esquerdo não. Ao nascer, os neurônios das duas retinas eram idênticos, porém os que permaneceram no escuro perderam a oportunidade de ser ativados no momento crucial. Tem sentido, nesse caso, perguntar o que é mais importante para a visão: os neurônios ou a incidência da luz na retina?

Em matéria de comportamento, o resultado do impacto da experiência pessoal sobre os eventos genéticos, embora seja mais complexo e imprevisível, é regido por interações semelhantes.

No caso da sexualidade, para voltar ao tema, uma mulher com desejo sexual por outras pode muito bem casar-se e até ser fiel a um homem, mas jamais deixará de se interessar por mulheres. Quantos homens casados vivem experiências homossexuais fora do casamento? Teoricamente, cada um de nós tem discernimento para escolher o comportamento pessoal mais adequado socialmente, mas não há quem consiga esconder de si próprio suas preferências sexuais.

Até onde a memória alcança, sempre existiram majorias de mulheres e homens heterossexuais e uma minoria de homossexuais. O espectro da sexualidade humana é amplo e de alta complexidade, no entanto, vai dos heterossexuais empedernidos aos que não têm o mínimo interesse pelo sexo oposto. Entre os dois extremos, em gradações variadas entre a hétero e a homossexualidade, oscilam os menos ortodoxos.

Como o presente não nos faz crer que essa ordem natural vá se modificar, por que é tão difícil aceitarmos a riqueza da biodiversidade sexual de nossa espécie? Por que insistimos no preconceito contra um fato biológico inerente à condição humana?

Em contraposição ao comportamento adotado em sociedade, a sexualidade humana não é questão de opção individual, como muitos gostariam que fosse, ela simplesmente se impõe a cada um de nós. Simplesmente, é!

Homossexualidade e Preconceito *crítica de uma fraude nos campos científico e moral*⁴

Alípio de Sousa Filho⁵

Dentre as várias expressões da sexualidade humana, a homossexualidade tem sido historicamente e incomparavelmente a que mais ataques tem sofrido dos fundamentalistas em religião, em moral, em ciência, em direito. Variando a intensidade de acordo com as épocas e com as sociedades, o preconceito em torno da homossexualidade sempre esteve presente com maior ou menor importância na vida de diversas sociedades conhecidas, registrando-se poucas exceções históricas e etnográficas.

De tudo que se disse de falso ou verdadeiro sobre a sexualidade até aqui, sobressaiu uma doutrina naturalista, segundo a qual a heterossexualidade é a forma da sexualidade humana produzida pela natureza e, acrescentam os religiosos, a única aceita por Deus, Javé, Allah, os termos variam conforme as crenças... O efeito imediato dessa doutrina naturalista conservadora foi banir a homossexualidade e a bissexualidade do campo das expressões legítimas da sexualidade humana, tornando-as "desvios", "anomalias", "vícios", "doenças" e, pretendem os religiosos, uma forma do "pecado".

Recentemente, vimos a Igreja Católica publicar seu Lexicon – que se pretende um dicionário dos termos ambíguos (sic.): poderíamos chamá-lo de dicionário do preconceito e do ódio –, em que se pode ler a homossexualidade definida como "conflito psíquico - não resolvido - que a sociedade não pode institucionalizar". Mas é também importante lembrar que, há mais de dez anos, a Organização Mundial da Saúde retirou a homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças, com o aval de médicos e psicólogos.

É verdadeiro que, no campo da psicologia, da psiquiatria e mesmo da psicanálise, ainda muito está por ser feito, pois o preconceito em torno da homossexualidade – disfarçado em diversas teorizações – revela-se também como uma extensão do fundamentalismo heterossexista nesses campos. Basta saber que, até 1975, as sociedades de psicanálise não aceitavam homossexuais como psicanalistas. Atualmente, nas escolas de psicologia, muitos homossexuais ainda são cercados de desconfiança.

Fruto da supremacia desse fundamentalismo heterossexista, nasceram diversas pesquisas e teses sobre as causas da homossexualidade. Assim, da medicina à psicologia, passando pelas próprias religiões e pelo direito, procurou-se falar das razões que levariam homens e mulheres a "se tornarem homossexuais". Pergunta-se de genes, traumas, contextos, influências etc, que produziriam a "virada" para a homossexualidade. Até aqui, o que não se disse é que as pesquisas e as explicações sobre as causas da homossexualidade são FRAUDES nos campos científico e moral. Trata-se de preconceito disfarçado em ciência.

⁴ SOUSA FILHO, A. **Homossexualidade e Preconceito**: crítica de uma fraude nos campos científico e moral. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/08/262050.shtml>> Acesso em 05 maio 2006

⁵ Alípio de Sousa Filho é professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais da UFRN, doutor em Sociologia pela Universidade de Paris – Sorbonne (França) e coordenador do Grupo de Estudos do Imaginário, do Cotidiano e do Atual (UFRN).

Desde Freud e sua teoria do inconsciente, seguido por Lacan, sabemos, se há alguma razão para se falar de causa, que se aceite que todo desejo é causado e, mais ainda, que todo desejo é uma causa: a causa do sujeito do desejo, isto é, aquilo pelo que cada um se empenha, embora sem saber. Deve-se saber, portanto, que a causa da homossexualidade é a mesma da heterossexualidade e da bissexualidade: a escolha inconsciente do objeto do desejo.

A importância da teorização de Freud está em desnaturalizar a sexualidade humana, demonstrando que todas as escolhas sexuais, como produções de desejo, seguem igualmente determinações inconscientes. Freud consegue isso demonstrando – a partir de material clínico observado – que a sexualidade humana, buscando o prazer, afasta-se do modelo da vida sexual animal, “perverte” (altera, imprime novo modo de ser) à função da procriação animal. Ensina-nos Freud, a sexualidade dos seres humanos é múltipla, variegada, desordenada, caótica. Nessa esfera, nenhuma escolha é mais natural ou normal do que outra, melhor, pior, superior, inferior. Tratando-se de que não inflija sofrimento a ninguém, não constitua violência sobre o outro, agressão à dignidade humana, não se pode acusar a homossexualidade de nenhuma dessas coisas.

Convergindo para a mesma compreensão da sexualidade humana que se elaborou na psicanálise, a antropologia – pelo amplo conhecimento que produziu na pesquisa etnográfica sobre as diversas sociedades e culturas existentes – instruiu-nos com a demonstração de que a sexualidade humana é uma construção social e histórica que segue os padrões culturais de cada sistema de sociedade, com os evidentes efeitos de sujeição e dominação que isso implica. No tocante ao gênero, por exemplo, não se é homem ou mulher porque se nasce com um pênis ou uma vagina, mas porque cada cultura – e diferentemente – torna cada um homem e mulher e, em cada cultura e época histórica, variando os conceitos que instituem o que cada sociedade chamará de homem e mulher, entenderá por masculino e feminino.

Uma das mais importantes contribuições da antropologia ao estudo da humanidade foi conseguir demonstrar que a sexualidade também se inscreve no rol de todas as criações humanas, constituindo mais um objeto social da ordem da linguagem, da cultura, do simbólico, não sendo a anatomia dos sexos nenhuma causa do destino sexual dos seres humanos. A idéia de um destino biológico como definidor do gênero sexual não se sustenta à menor prova do confronto com as descobertas da pesquisa etnológica. Depois de Marx, Durkheim, Freud, Claude Lévi-Strauss, Jacques Lacan, Simone de Beauvoir, Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Françoise Héritier, Elisabeth Badinter, entre outros, falar de destino biológico do desejo sexual é ignorância, é cair no ridículo e atestar incompetência em conhecimento teórico.

Relacionar a homossexualidade a causas biológicas (disfunção hormonal), psicológico (traumas infantis), social (isolamento, ausência feminina) ou a outras causas é dar status científico ao preconceito moralista – fundamentalista – que quer fazer crer a todos que a única expressão normal da sexualidade humana seria a heterossexualidade, porque seria sua forma natural. Hoje, não se pode mais aceitar a continuidade da aberração dessas explicações como fundamento para “teses científicas” ou como fundamento para a instituição do direito, sabendo-se que até aqui, em muitas sociedades, os homossexuais continuam excluídos da cidadania plena.

Anexo 4

*O difícil processo de aceitar a diferença*⁶

Edith Lopes Modesto

Hoje eu sei que, desde cedo, os homossexuais se percebem diferentes e aprendem que são considerados inadequados. As pessoas, injustamente, os vêem como anormais. E eles têm de esconder a homossexualidade dos colegas, do vizinho e, principalmente, de seus pais! Vivendo esse conflito, se fecham em si mesmos. Eles têm poucos amigos e, sobretudo, não têm quem os oriente.

Qualquer criança, qualquer jovem, quando sofre, procura a mãe: “Mamãe, fulano me chamou de tampinha... de gorducha... de quatro-olhos...”. Os nossos filhos homossexuais, quando ofendidos, ao contrário, tendem a se retrair, não denunciando nem procurando ajuda, pois sabem que a sociedade discrimina o diferente. E sofrem calados, sem poder se dar ao direito da proteção materna. Ficam sós, jogados à própria sorte, lutando em segredo contra o seu autoperceito e contra o preconceito social.

E, assim, provavelmente, aconteceu com o meu filho caçula. E eu? Onde estava eu, a mãe que deveria dar-lhe carinho, apoio, deveria protegê-lo dos perigos, do sofrimento?

Como todas as mães, antes de ele nascer, preparei um enxoval azul quando soube que ia ter um menino. Mais tarde, fiquei feliz ao perceber que ele era bonito e inteligente e esperava que ele arrumasse uma namorada, se casasse e nos desse netinhos.

Eu percebi, sim, que na adolescência esse filho tornou-se um garoto triste, calado, distante, mas sempre arrumei uma desculpa para isso. Nem me passou pela cabeça que ele pudesse ser gay.

Gay? Na verdade, eu não tinha a mínima idéia do que é ser gay. Um dia, estranhando o seu jeito fechado e o fato de nunca ter namorada, eu lhe perguntei se não gostava de mulheres. E o meu mundo caiu, quando, chorando, ele me disse que era gay.

A descoberta da homossexualidade de um filho quase sempre é uma tragédia para os pais. Para nós também foi como se aquele filho querido desse lugar a outro, estranho, desconhecido... Passei por um processo lento de aquisição de conhecimento e aceitação. Fiquei brava, inconformada, triste, desesperada, senti medo, vergonha... E me senti muito só. Não tinha com quem conversar. Qualquer semelhança com o que meu filho certamente sentiu não foi mera coincidência. Os pais, como seus filhos, também passam por um processo de aceitação, também têm de sair do armário e também precisam de apoio. Um apoio que seu filho(a) homossexual dificilmente tem condições de lhe dar.

Na época, o meu maior desejo era conversar com outra mãe como eu. Trocar idéias, sentimentos, desabafar... Mas não consegui encontrar nenhuma! Poucos anos depois, fundei o GPH - Grupo de Pais de Homossexuais (maes-de-homos@bol.com.br) - para que os pais pudessem se encontrar.

Hoje somos 25 pais no grupo. Conversamos entre iguais, trocamos informações, nos ajudamos mutuamente nos momentos de desalento e nos sentimos fortalecidos, principalmente porque sabemos que, com o nosso apoio, nossos filhos se sentirão mais seguros e felizes.

⁶ Lopes Modesto. E. *Revista Cláudia*, n. 1, ano 45, p. 130-133.

Perfeição - Legião Urbana

Composição: Dado Villa-lobos, Marcelo Bonfá e Renato Russo

Vamos celebrar a estupidez humana
A estupidez de todas as nações
O meu país e sua corja de assassinos
Covardes, estupradores e ladrões
Vamos celebrar a estupidez do povo
Nossa polícia e televisão
Vamos celebrar nosso governo
E nosso Estado que não é nação
Celebrar a juventude sem escolas
As crianças mortas
Celebrar nossa desunião
Vamos celebrar Eros e Thanatos
Persephone e Hades
Vamos celebrar nossa tristeza
Vamos celebrar nossa vaidade
Vamos comemorar como idiotas
A cada fevereiro e feriado
Todos os mortos nas estradas
Os mortos por falta de hospitais
Vamos celebrar nossa justiça
A ganância e a difamação
Vamos celebrar os preconceitos
O voto dos analfabetos
Comemorar a água podre
E todos os impostos
Queimadas, mentiras e sequestros
Nosso castelo de cartas marcadas
O trabalho escravo
Nosso pequeno universo
Toda a hipocrisia e toda a afetação
Todo roubo e toda a indiferença
Vamos celebrar epidemias:

É a festa da torcida campeã
Vamos celebrar a fome
Não ter a quem ouvir
Não se ter a quem amar
Vamos alimentar o que é maldade
Vamos machucar um coração
Vamos celebrar nossa bandeira
Nosso passado de absurdos gloriosos
Tudo que é gratuito e feio
Tudo o que é normal
Vamos cantar juntos o Hino Nacional
A lágrima é verdadeira
Vamos celebrar nossa saudade
E comemorar a nossa solidão
Vamos festejar a inveja
A intolerância e a incompreensão
Vamos festejar a violência
E esquecer da nossa gente
Que trabalhou honestamente a vida inteira
E agora não tem mais direito a nada
Vamos celebrar a aberração
De toda a nossa falta de bom senso
Nosso descaso por educação
Vamos celebrar o horror
De tudo isso
Com festa, velório e caixão
Está tudo morto e enterrado agora
Já que também podemos celebrar
A estupidez de quem cantou esta canção
Venha, meu coração está com pressa
Quando a esperança está dispersa
Só a verdade me liberta
Chega de maldade e ilusão
Venha, o amor tem sempre a porta aberta
E vem chegando a primavera
Nosso futuro recomeça:
Venha que o que vem é perfeição...

Anexo 6

Resolução CFP nº 1/99 De 23 de março de 1999

Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO que o psicólogo é um profissional da saúde;

CONSIDERANDO que na prática profissional, independentemente da área em que esteja atuando, o psicólogo é freqüentemente interpelado por questões ligadas à sexualidade;

CONSIDERANDO que a forma como cada um vive sua sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade;

CONSIDERANDO que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem per-versão;

CONSIDERANDO que há, na sociedade, uma inquietação em torno de práticas sexuais desvi-antes da norma estabelecida sócio-culturalmente;

CONSIDERANDO que a Psicologia pode e deve contribuir com seu conhecimento para o esclarecimento sobre as questões da sexualidade, permitindo a superação de preconceitos e discriminações;

RESOLVE:

Art. 1º - Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão notadamente aqueles que disciplinam a não discriminação e a promoção e bem-estar das pessoas e da humanidade.

Art. 2º - Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas.

Art. 3º - os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

Parágrafo único - Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades.

Art. 4º - Os psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de março de 1999.

Ana Mercês Bahia Bock
Conselheira Presidente



